LEI MUNICIPAL Nº 405, DE 30 DE MAIO DE 2016.

REORGANIZA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CRAÍBAS - CRAÍBASPREV E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Maria Alexandre da Silva
Coordenadora Social
17/06/16

O Prefeito Municipal de Craíbas em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal APROVOU e SANCIONA a seguinte LEI:

TÍTULO I
DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CRAÍBAS

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º. Fica reorganizado, nos termos desta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Craíbas - RPPS - CRAÍBASPREV de que trata o art. 40 da Constituição Federal.

Art. 2º. O CRAÍBASPREV visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreende um conjunto de benefícios que atendam ás seguintes finalidades:

I – garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, doença, acidente em serviço, idade avançada, reclusão e morte; e
II – proteção à maternidade e à família.

Art. 3º. O Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Craíbas - CraíbasPrev, de caráter contributivo e solidário, e de filiação obrigatória, será mantido pelo Município, através dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, inclusive por suas autarquias e fundações instituídas e pelos seus servidores ativos, inativos e pelos pensionistas e reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;
II - irredutibilidade do valor dos benefícios;
III - vedação à criação, majoração ou extensão de qualquer benefício sem a correspondente fonte de custeio;
IV - custeio da previdência social dos servidores públicos municipais mediante recursos provenientes, dentre outros, do orçamento dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo,

inclusive de suas autarquias e fundações públicas e da contribuição compulsória dos segurados;
V - subordinação das aplicações de reservas, fundos e provisões garantidoras dos benefícios mínimos a critérios atuariais, tendo em vista a natureza dos benefícios;
VI - valor mensal das aposentadorias e pensões não inferior ao salário mínimo e nem superior ao subsídio do Prefeito, de acordo com o inciso XI do art. 37 da Constituição Federal;
VII - previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.

Art. 4º. O Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Craíbas - CraíbasPrev será administrado por unidade gestora única e deverá centralizar, no mínimo, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios de aposentadoria e pensão de todos os poderes, órgãos e entidades do ente Federativo, e:
I - garantirá a participação de representantes dos segurados, ativos e inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objetos de discussão e deliberação, cabendo-lhes acompanhar e fiscalizar sua administração;
II - procederá a recenseamento previdenciário, abrangendo todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas do respectivo regime, com periodicidade não superior a cinco anos; e
III - disponibilizará ao público, inclusive por meio de rede pública de transmissão de dados, informações atualizadas sobre as receitas e despesas do respectivo regime, bem como, os critérios e parâmetros adotados para garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.

CAPÍTULO II
Dos Beneficiários
Seção I

Art. 5º. São beneficiários do CraíbasPrev as pessoas físicas classificadas como segurados e dependentes, definidos nos arts. 6º e 8º das Seções II e III deste Capítulo.

Seção II
Dos Segurados

Art. 6º. São segurados do CraíbasPrev:

I - o servidor público titular de cargo efetivo dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias, inclusive as de regime especial e fundações públicas; e
II - os aposentados nos cargos citados neste artigo.

§ 1º Fica excluído do disposto no *caput* o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como, de outro cargo temporário ou emprego público, ainda que aposentado; os quais têm sua vinculação previdenciária ao Regime Geral - RGPS regido pelo INSS e Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB.

§ 2º Na hipótese de lícita acumulação remunerada de cargos efetivos, o servidor, mencionado neste artigo, será segurado obrigatório do RPPS em relação a cada um dos cargos ocupados.

§ 3º O segurado aposentado que vier a exercer mandato eletivo não perde a condição de filiado do CraíbasPrev, nesta condição; todavia, contribuirá para o RGPS em razão do exercício deste cargo eletivo.

§ 4º Somente até a véspera da data da publicação da Emenda Constitucional n. 20 (15 de dezembro de 1998), o servidor público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, de cargo temporário, de emprego público ou mandato eletivo poderia estar vinculado a regime próprio que assegurasse, no mínimo, aposentadoria e pensão por morte, nos termos definidos em lei do respectivo ente federativo.

§ 5º O servidor estável abrangido pelo artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o admitido até 5 de outubro de 1988, que não tenha cumprido, naquela data, o tempo previsto para aquisição da estabilidade no serviço público, são filiados ao Regime Próprio De Previdência Social - RPPS, desde que expressamente regidos pelo Estatuto dos Servidores do respectivo ente federativo.

§ 6º O servidor estável de que trata o parágrafo anterior e que não esteja amparado pelo regime próprio é obrigatoriamente segurado do Regime Geral de Previdência Social.

§ 7º O servidor titular decargo efetivo amparado pelo CRAÍBASPREV, que se afastar do cargo efetivo quando nomeado para o exercício de cargo em comissão, continua vinculado exclusivamente a esse regime previdenciário, não sendo devidas contribuições ao RGPS sobre a remuneração correspondente ao cargo em comissão, sendo-lhes facultado optar por recolher sobre essa parcela ao CRAÍBASPREV, conforme previsto no art. 16, § 1º desta Lei.

§ 8º Quando houver acumulação de cargo efetivo e cargo em comissão, com exercício concomitante e compatibilidade de horários, haverá o vínculo e o recolhimento ao CRAÍBASPREV, pelo cargo efetivo e, ao RGPS, pelo cargo em comissão.

Art. 7º. Permanece filiado ao RPPS, na qualidade de segurado, o servidor titular de cargo efetivo que estiver:

I - cedido a órgão ou entidade da administração direta e indireta de outro ente federativo, com ou sem ônus para o Município;

II - quando afastado ou licenciado, observado o disposto no art. 28, para:
a) tratar de interesses particulares;
b) o exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal;
c) desempenho de mandato classista;
d) acompanhar cônjuge ou companheiro; e
e) qualquer espécie de licença sem remuneração.

III - durante o afastamento do país por cessão ou licenciamento com remuneração.

§ 1º O segurado exercente de mandato de vereador que ocupe o cargo efetivo e exerça concomitantemente o mandato, filia-se ao CraíbasPrev pelo cargo efetivo e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, pelo mandato eletivo.

§ 2º O recolhimento das contribuições, para o regime de que trata esta Lei, nas hipóteses elencadas nos incisos I e II deste artigo, correspondente à contribuição do ente público e do servidor, é de responsabilidade do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício.

§ 3º É facultado ao servidor público municipal, afastado de seu cargo e sem perceber seus vencimentos por força de licença para trato de interesses particulares, requerer à unidade gestora do CraíbasPrev o direito de manter a sua contribuição individual e a do ente público, às suas expensas, para fins de não interrupção da contagem do respectivo tempo de contribuição.

§ 4º O servidor efetivo requisitado da União, de Estado, do Distrito Federal ou de outro Município, com ou sem ônus para o município de Craíbas, permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

§ 5º A perda da condição de segurado do RPPS ocorrerá nas hipóteses de morte, exoneração ou demissão.

Seção III
Dos Dependentes
Subseção I
Das Disposições Gerais

Art. 8º. São beneficiários do RPPS, na condição de dependente do segurado:

I - o cônjuge;
II - o cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato, com percepção de pensão alimentícia estabelecida judicialmente;
III - o companheiro ou companheira que comprove união estável como entidade familiar;
IV - o filho de qualquer condição que atenda a um dos seguintes requisitos:
a) seja menor de 21 (vinte e um) anos;
b) seja inválido;
c) tenha deficiência grave; ou
d) tenha deficiência intelectual ou mental, nos termos da legislação vigente;
V - a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor; e
VI - o irmão de qualquer condição que comprove dependência econômica do servidor e atenda a um dos requisitos previstos no inciso IV.

§ 1º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I, II, III e IV é presumida e a das demais deve ser comprovada, conforme critérios dispostos nesta Lei, e em caso de omissão, de acordo com o disposto no Regime Geral de Previdência Social, no que couber, podendo ser exigido, em qualquer caso, o reconhecimento judicial como condição.

§ 2º A concessão de pensão aos beneficiários de que tratam os incisos I a IV do *caput* exclui os beneficiários referidos nos incisos V e VI.
§ 3º A concessão de pensão aos beneficiários de que trata o inciso V do *caput* exclui o beneficiário referido no inciso VI.
§ 4º O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do servidor e desde que comprovada dependência econômica, e não possuam bens suficientes para o próprio sustento e educação; devendo o menor tutelado, ainda, apresentar o termo de tutela.
§ 5º Considera-se companheira ou companheiro, a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada, de acordo com o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.
§ 6º Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, enquanto não se separarem, nos termos do Código Civil Brasileiro.

Art. 9º. Ocorrendo habilitação de vários titulares à pensão, o seu valor será distribuído em partes iguais entre os beneficiários habilitados e quando da habilitação tardia, a partir da data do requerimento.

§ 1º A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, todavia seu pagamento será da data do requerimento, somente se retroage à data do óbito, quando requerida dentro do prazo de 30 (trinta) dias da data do óbito.
§ 2º Concedida a pensão, qualquer prova posterior ou habilitação tardia que implique exclusão de beneficiário ou redução de pensão só produzirá efeitos a partir da data em que for oferecida.

Art. 10. O companheiro ou a companheira homoafetivo(a) de servidor ou servidora poderá integrar o rol dos dependentes, desde que comprovada a convivência comum, concorrendo, portanto, para fins de pensão e de auxílio-reclusão com os dependentes previstos nos incisos I, II, III e IV do artigo 8º, conforme critérios dispostos nesta lei e no Regime Geral de Previdência Social, no que couber.

Parágrafo único. Dependerá de reconhecimento judicial a união entre pessoas do mesmo sexo, para os efeitos do *caput* deste artigo.

Subseção II
Da Perda da Qualidade de Dependente

Art. 11. Acarreta perda da qualidade de beneficiário dependente:
I - o seu falecimento;
II - a anulação do casamento, quando a decisão ocorrer após a concessão da pensão ao cônjuge;
III - a cessação da invalidez, em se tratando de beneficiário inválido, o afastamento da deficiência, em se tratando de beneficiário com deficiência, ou o levantamento da interdição, em se tratando de beneficiário com deficiência intelectual ou mental que o

torne absoluta ou relativamente incapaz, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação das alíneas "a" e "b" do inciso VII;

IV - o implemento da idade de 21 (vinte e um) anos, pelo filho ou irmão;

V - a acumulação de pensão na forma do art. 51 desta Lei;

VI - a renúncia expressa; e

VII - em relação aos beneficiários de que tratam os incisos I a III do art. 8º:

a) o decurso de 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o servidor tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do servidor;

b) o decurso dos seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do pensionista na data de óbito do servidor, depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável:

1) 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;

2) 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;

3) 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;

4) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;

5) 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;

6) vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

VIII - Para o cônjuge pela separação judicial ou divórcio enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;

IX - Para o companheiro ou companheira, pela dissolução da união estável, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos.

§ 1º A critério da Administração, o beneficiário de pensão cuja preservação seja motivada por invalidez, por incapacidade ou por deficiência poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das referidas condições.

§ 2º Serão aplicados, conforme o caso, a regra contida no inciso III ou os prazos previstos na alínea "b" do inciso VII, ambos do *caput*, se o óbito do servidor decorrer

de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável.

§ 3º Após o transcurso de pelo menos 3 (três) anos e desde que nesse período se verifique o incremento mínimo de um ano inteiro na média nacional única, para ambos os sexos, correspondente à expectativa de sobrevida da população brasileira ao nascer, poderão ser fixadas, em números inteiros, novas idades para os fins previstos na alínea "b" do inciso VII do *caput*, em ato do Chefe do Executivo e em caso de omissão deste, as mesmas regras editadas por Ente Federativo Superior, Estado ou União, limitado o acréscimo na comparação com as idades anteriores ao referido incremento.

§ 4º O tempo de contribuição a Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) será considerado na contagem das 18 (dezoito) contribuições mensais referidas nas alíneas "a" e "b" do inciso VII do *caput*.

§ 5º. A perda da qualidade de beneficiário dependente dar-se-á igualmente para os beneficiários economicamente dependentes equiparados, quando cessar essa situação, observado a idade limite de 21 (vinte e um) anos, mesmo que estudantes universitários; para os dependentes em geral, pelo falecimento ou pela perda da qualidade de segurado por aquele de quem depende; e pela exoneração ou demissão do servidor.

Seção III
Das Inscrições
Subseção I
Das Disposições Gerais

Art. 12. A inscrição do segurado é automática e ocorre quando da investidura no cargo.

Parágrafo único. É de responsabilidade do servidor a atualização de seus dados e dos seus dependentes, junto ao órgão gestor do regime de previdência social de que trata esta lei.

Art. 13. Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, os quais poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetivado, quando do requerimento do benefício.

§ 1º A inscrição de dependente inválido ,ou que tenha deficiência grave, ou deficiência intelectual ou mental, nos termos da legislação vigente, requer sempre a comprovação desta condição por inspeção médica, mediante a emissão de laudo médico pericial pela Junta Médica Oficial do Município.

§ 2º As informações referentes aos dependentes deverão ser comprovadas, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - para os dependentes preferenciais, presentes nos incisos I a IV do artigo 8º:

a) cônjuge e filhos - certidões de casamento e de nascimento;

b) companheira ou companheiro - documento de identidade e certidão de casamento com averbação da separação judicial ou divórcio, quando um dos companheiros ou ambos já tiverem sido casados, ou de óbito, se for o caso; e a sentença declaratória da união estável; e

c) equiparado a filho - certidão judicial de tutela; e em se tratando de enteado, certidão de casamento do segurado e de nascimento do dependente, observado o disposto no § 4º do artigo 8º desta Lei;

II - pais - certidão de nascimento do segurado e documentos de identidade dos mesmos; e

III - irmão - certidão de nascimento.

§ 3º A perda da condição de segurado implica o automático cancelamento da inscrição de seus dependentes.

Subseção II
Da Suspensão e do Cancelamento das Inscrições

Art. 14. O segurado que deixar de contribuir para o regime de previdência de que trata esta Lei, por mais de três meses consecutivos, ou seis meses alternadamente, terá seus direitos suspensos até o restabelecimento e regularização das respectivas contribuições.

Art. 15. Será cancelada a inscrição do segurado que, não estando em gozo de benefício proporcionado por este regime de previdência, perder a condição de servidor público do Município de Craíbas.

CAPÍTULO III
DA BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES
Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 16. Considera-se base de cálculo das contribuições ou remuneração de contribuição, o valor constituído pelo vencimento ou subsídio de cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual ou demais vantagens de qualquer natureza, incorporadas ou incorporáveis na forma de legislação específica, percebidas pelo segurado, excluídas:
I - as diárias para viagens;
II - a ajuda de custo em razão de mudança de sede;
III - a indenização de transporte;
IV - o salário-família;
V - o auxílio-alimentação;
VI - o auxílio-creche;
VII - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho;
VIII - a parcela recebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança;
IX - o abono de permanência de que trata o art. 68 desta lei; e
X - outras parcelas cujo caráter indenizatório esteja definido em lei.

§ 1º O segurado ativo poderá optar pela inclusão na base de cálculo das contribuições/remuneração de contribuição, de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho, do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40 da Constituição Federal (arts. 35, 36, 37, 38 e 39 desta lei) e art. 2º da EC 41/2003 (art. 56 desta lei), respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º do art. 40 da CF (§ 10 do art. 62 desta lei).

§ 2º O servidor ocupante de cargo efetivo investido em cargo em comissão que optar, exclusivamente, pela percepção da remuneração fixada para este cargo, terá como base de contribuição previdenciária o valor da remuneração inerente ao respectivo cargo.

§ 3º Considera-se remuneração do cargo efetivo, o valor constituído pelos vencimentos e vantagens pecuniárias permanentes desse cargo estabelecidas em lei, acrescido dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes.

§ 4º Incide contribuição previdenciária sobre o valor do benefício do servidor em gozo de salário-maternidade, auxílio-doença e auxílio-reclusão e, sobre os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo funcional com o Município, sobre o décimo terceiro salário e em razão de decisão judicial ou administrativa. E os inativos e pensionistas ainda sobre a gratificação natalina ou abono anual.

§ 5º Na hipótese de licenças ou ausências que importem em redução da base de cálculo das contribuições do servidor, este poderá optar pela consideração do valor que lhe seria devido caso não se verificassem as licenças ou ausências, na forma do disposto neste artigo.

§ 6º A base de cálculo das contribuições no caso de inativos e de pensionistas equivale, respectivamente, aos valores dos proventos e das pensões.

§ 7º A gratificação natalina (13º salário) ou abono anual será considerada, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for pago.

§ 8º Para o segurado em regime de acumulação remunerada de cargos considerar-se-á, para fins do RPPS, o somatório da remuneração de contribuição referente a cada cargo.

§ 9º A contribuição incidente sobre o benefício de pensão terá como base de cálculo o valor total desse benefício, conforme os arts. 44 e 60, antes de sua divisão em cotas.

§ 10. O valor da contribuição calculado conforme o § 9º será rateado para os pensionistas, na proporção de sua cota-parte.

Art. 17. Nas hipóteses de cessão, licenciamento ou afastamento de servidor, de que trata o art. 7º, o cálculo da contribuição será feito de acordo com a remuneração do cargo de que o servidor é titular.

§ 1º Nos casos de que trata o *caput*, as contribuições previdenciárias deverão ser recolhidas até o dia (vinte ou quinze) do mês seguinte àquele a que as contribuições referirem-se, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário no dia quinze.

§ 2º Na hipótese de alteração na base de cálculo das contribuições/remuneração de contribuição, a complementação do recolhimento de que trata o *caput* deste artigo ocorrerá no mês subsequente.

Art. 18. O Município contribuirá sobre o valor do Auxílio-Doença e repassará os valores devidos ao RPPS/CRAÍBASPREV durante o afastamento do servidor.

Art. 19. Salvo na hipótese de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições pagas para o RPPS.

Seção II
Da Contribuição dos Servidores Cedidos, Afastados
e Licenciados

Art. 20. Na cessão de servidores para outro ente federativo, inclusive para exercício de mandato eletivo, em que o pagamento da remuneração ou subsídio seja ônus do órgão ou da

entidade cessionária ou ainda do órgão exercício do mandato eletivo, será da responsabilidade destes órgãos:

I - o desconto da contribuição devida pelo segurado; e

II - o custeio da contribuição devida pelo ente de origem e,

III - o repasse das contribuições de que tratam os incisos anteriores à Unidade Gestora Previdenciária a que está vinculado o servidor cedido ou afastado.

§ 1º Caberá ao cessionário, portanto, efetuar o repasse das contribuições do ente federativo e do servidor à unidade gestora do RPPS do ente federativo cedente.

§ 2º Caso o cessionário não efetue o repasse das contribuições à unidade gestora no prazo legal, caberá ao ente federativo cedente efetuá-lo, buscando o reembolso de tais valores junto ao cessionário.

§ 3º O termo ou ato de cessão do servidor com ônus para o cessionário deverá prever a responsabilidade deste pelo desconto, recolhimento e repasse das contribuições previdenciárias ao RPPS de origem, conforme valores informados mensalmente pelo cedente.

§ 4º O servidor cedido ou licenciado para o exercício de mandato em outro ente federativo poderá optar por contribuir facultativamente ao RPPS de origem sobre as parcelas remuneratórias não componentes da remuneração do cargo efetivo, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento nos arts. 40 a 44e 67, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 9º do art. 73.

Art. 21. Na cessão ou afastamento de servidores para outro ente federativo ou para órgão de exercício de mandato, sem ônus para o cessionário, continuará sob a responsabilidade do cedente o desconto e o repasse das contribuições à unidade gestora do RPPS.

Art. 22. Não incidirão contribuições para o RPPS do ente cedente ou do ente cessionário, nem para o RGPS, sobre as parcelas remuneratórias complementares, não componentes da remuneração do cargo efetivo pagas pelo enté cessionário ao servidor cedido, exceto na hipótese em que houver a opção pela contribuição facultativa ao RPPS do ente cedente, na forma prevista em sua legislação, conforme art. 16.
Parágrafo Único. A contribuição efetuada durante o afastamento do servidor não será computada para cumprimento dos requisitos de tempo mínimo de carreira, tempo mínimo de efetivo exercício no serviço público e tempo mínimo no cargo efetivo para concessão de aposentadoria.

Art. 23. As disposições desta subseção aplicam-se aos afastamentos dos servidores para o exercício de mandato eletivo em outro ente federativo.

Art. 24. O servidor afastado ou licenciado temporariamente do exercício do cargo efetivo sem recebimento de remuneração ou subsídio pelo Município contribuirá para o CRAÍBASPREV

computando-se o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento para fins de aposentadoria.

§ 1º O Município continuará a repassar ao CRAÍBASPREV as contribuições a seu cargo durante o período de afastamento ou licenciamento.

§ 2º A contribuição efetuada pelo servidor na situação de que trata o *caput* não será computada para cumprimento dos requisitos de tempo de carreira, tempo de efetivo exercício no serviço público e tempo no cargo efetivo para concessão de aposentadoria.

CAPÍTULO IV
DA CONTAGEM DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Art. 25. Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, hipótese em que os regimes de previdência social compensar-se-ão financeiramente.

§ 1º A compensação financeira será feita junto ao regime no qual o servidor público esteve vinculado sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão para seus dependentes.

§ 2º O tempo de contribuição previsto neste artigo é considerado para efeito de aposentadoria, desde que não concomitante com tempo de serviço público computado para o mesmo fim.

§ 3º As aposentadorias concedidas com base na contagem de tempo de contribuição prevista neste artigo deverão evidenciar o tempo de contribuição na atividade privada ou o de contribuição na condição de servidor público titular de cargo efetivo, conforme o caso, para fins de compensação financeira.

Art. 26. O benefício resultante de contagem de tempo de serviço na forma deste Capítulo será concedido e pago pelo regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente ao servidor público ou a seus dependentes.

Art. 27. Na hipótese de acúmulo legal de cargos, o tempo de contribuição referente a cada cargo será computado isoladamente, não sendo permitida a contagem do tempo anterior a que se refere o art. 24, para mais de um benefício.

Art. 28. O servidor afastado ou licenciado temporariamente do cargo efetivo sem recebimento de remuneração pelo Município somente contará o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento, para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento mensal das contribuições de que tratam os art. 90 e 91.

Art. 29. As contribuições a que se refere o artigo anterior serão recolhidas diretamente pelo servidor, observado o disposto nos art. 17 e 98.

Art. 30. Para fins de concessão de aposentadoria pelo RPPS é vedada a contagem de tempo de contribuição fictício.
Art. 31. Não se considera fictício o tempo definido em lei como tempo de contribuição para fins de concessão de aposentadoria quando tenha havido, por parte do servidor, a prestação do serviço ou a correspondente contribuição.

Art. 32. Será computado, integralmente, o tempo de contribuição no serviço público federal, estadual, distrital e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como, o tempo de contribuição junto ao RGPS.

CAPÍTULO V
DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA CONTRIBUIÇÃO

Art. 33. Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata o art. 62, bem como, o tempo de contribuição correspondente, serão comprovados mediante documento fornecido pelas unidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado ou, na falta daquele, por outro documento público, sendo passíveis de confirmação as informações fornecidas.

§ 1° Os documentos de comprovação dos valores das remunerações de que trata o *caput*, bem como, os de certificação de tempo de contribuição que foram emitidos pelos diversos órgãos da administração, relativos a servidor vinculado ao RPPS, após a publicação da Medida Provisória n° 167, de 19 de fevereiro de 2004, terão validade após a homologação da unidade gestora do regime.

§ 2° Continuam válidas as certidões de tempo de serviço e de contribuição emitidas pelos órgãos da administração pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações ou unidade gestoras dos regimes de previdência social relativamente ao tempo de serviço e de contribuição para o respectivo regime em data anterior à publicação da Medida Provisória n° 167, de 19 de fevereiro de 2004.

Art. 34. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fornecerão ao servidor detentor, exclusivamente, de cargo de livre nomeação e exoneração e ao servidor titular de cargo, emprego ou função amparado pelo RGPS, documento comprobatório de vínculo funcional, para fins de concessão de benefícios ou para emissão de Certidão de Tempo de Contribuição pelo RGPS, sem prejuízo da apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP.

CAPÍTULO VI
DO PLANO DE BENEFÍCIOS
Seção I
Das Espécies de Benefícios

Art. 35. O RPPS compreende os seguintes benefícios:
I - quanto ao segurado:

a) aposentadoria por invalidez;
b) aposentadoria compulsória;
c) aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição;
d) aposentadoria voluntária por idade;
e) aposentadoria especial de professor;
f) auxílio-doença;
g) salário-maternidade; e
h) salário-família.

II - quanto ao dependente:
a) pensão por morte; e
b) auxílio-reclusão.

§ 1° Os benefícios serão concedidos nos termos e condições definidas nesta Lei, observadas, no que couber, as normas previstas na Constituição Federal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Craíbas, legislação infraconstitucional em vigor e no RGPS e ainda as editadas pelo MPS.

§ 2° O recebimento indevido de benefícios havidos por fraude, dolo ou má-fé, implicará a devolução do valor total auferido, devidamente atualizado, sem prejuízo de ação penal cabível.

Seção II
Da Aposentadoria por Invalidez

Art. 36. A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio doença, for considerado incapaz e insusceptível de readaptação para o exercício de seu cargo ou outro de atribuições e atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido, respeitada a habilitação exigida, e ser-lhe-á paga a partir da data do laudo médico-pericial que declarar a incapacidade e enquanto permanecer nessa condição.

Art. 37. O servidor deste Município, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 2003 e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no inciso I do § 1° do art. 40 da Constituição Federal, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma desta lei, não sendo aplicáveis, portanto, as disposições constantes dos §§ 3°, 8° e 17 do art. 40 da Constituição Federal.

§ 1°. Os proventos da aposentadoria por invalidez serão proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, hipóteses em que os proventos serão integrais, observado, quanto ao seu cálculo, o disposto no *caput* deste artigo.

§ 2° Nas hipóteses previstas no *caput* deste artigo, os proventos, quando proporcionais ao tempo de contribuição, deverão ser calculados com base na remuneração do servidor no cargo

efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.

§ 3º A aposentadoria por invalidez será concedida com base na legislação vigente na data em que o laudo médico pericial definir como início da incapacidade total e definitiva para o trabalho, assegurada ao servidor, a opção prevista no artigo 81 desta Lei.

§ 4º Acidente em serviço é aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§ 5º Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:

I - o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:
a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;
b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;
c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;
d) ato de pessoa privada do uso da razão; e
e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

III - a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo; e

IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:
a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;
b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; e
d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§ 6º Nos períodos destinados à refeição ou ao descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo.

§ 7º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o parágrafo primeiro, as seguintes:
a) Tuberculose ativa;
b) Hanseníase;

c) Alienação mental;
d) Esclerose múltipla;
e) Hepatopatia grave;
f) Neoplasia maligna;
g) Cegueira;
h) Paralisia irreversível e incapacitante;
i) Cardiopatia grave;
j) Doença de Parkinson;
k) Espondiloartrose anquilosante;
l) Nefropatia grave;
m) Estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante);
n) Síndrome da deficiência imunológica adquirida (AIDS); ou
o) Contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada

§ 8º Para os efeitos de aplicação da regra disciplinada no § 21, do art. 40, da Constituição Federal, as doenças e afecções referidas no parágrafo anterior, serão consideradas como doenças incapacitantes.

§ 9º O servidor será submetido à Junta Médica Oficial do Município que atestará a invalidez quando caracterizada a incapacidade para o desempenho das atribuições do cargo ou verificada a impossibilidade de readaptação nos termos da lei.

§ 10 A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico efetuado pela Junta Médica Oficial do Município designada pelo RPPS, que emitirá laudo médico-pericial detalhado, contendo o histórico da doença ou afecção, bem como, sua classificação no CID.

§ 11. O pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

§ 12. O não comparecimento do segurado no prazo designado para a realização da pericia médica implicará na suspensão do pagamento do benefício.

§ 13. O aposentado que voltar a exercer atividade laboral terá a aposentadoria por invalidez permanente cessada, a partir da data do retorno, inclusive em caso de exercício de cargo eletivo.

§ 14. A aposentadoria por invalidez poderá ser precedida de auxílio-doença de que trata o art. 40, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

§ 15. Expirado o período do auxílio-doença e não se encontrando em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, o servidor será aposentado.

§ 16. O lapso compreendido entre a data de término do auxílio-doença e a data de publicação do ato da aposentadoria será considerado como prorrogação da licença.

§ 17. O ônus financeiro, assim como, o pagamento do auxílio-doença a que se refere os §§ 14 e 15 deste artigo, serão de responsabilidade do RPPS.

§ 18. O servidor que retornar ao exercício laboral terá a aposentadoria por invalidez permanente cancelada.

§ 19. O cálculo desse benefício dar-se-á na forma do art. 37 desta Lei.

Art. 38. É assegurado o reajuste do benefício, conforme *caput* do art. 36 desta Lei, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei; observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos desses servidores.

§ 1°. A aposentadoria por invalidez será concedido, a pedido ou de ofício, ou ainda conforme disposto nos §§ 14 e 15 deste artigo, com base em exame médico-pericial que atestará as razões da incapacidade.

At. 39. O servidor deste Município, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público após a data de publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 2003 e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no inciso I do § 1° do art. 40 da Constituição Federal, terão seu benefício fundamentado nas disposições constantes dos §§ 3°, 8° e 17 do art. 40 da Constituição Federal, observado quanto ao seu cálculo, o disposto no art. 73 desta Lei.

§ 1°. Os proventos da aposentadoria por invalidez para os ingressantes com base no *caput* deste artigo, serão proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, hipóteses em que os proventos serão integrais, observado, quanto ao seu cálculo, o disposto no art. 62.
§ 2° Os proventos, quando proporcionais ao tempo de contribuição, não poderão ser inferiores a um terço do valor calculado na forma estabelecida no art. 62.
§ 3°. O cálculo desse benefício dar-se-á na forma do art. 68.
§ 4°. É assegurado reajuste desse benefício na forma do art. 69.

Seção III
Da Aposentadoria Compulsória

Art. 40. O servidor, homem ou mulher, será aposentado aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma estabelecida no art. 68, não podendo ser inferiores ao valor do salário mínimo.

§ 1º. A aposentadoria compulsória será declarada por ato da autoridade competente, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço.

§ 2º. A responsabilidade pelo controle e comunicação ao segurado sobre a data do implemento da idade limite de 75 (setenta e cinco) anos, é da Unidade da Administração Pública - Poder Executivo ou Câmara Legislativa - onde estiver lotado o segurado, bem como, é de sua responsabilidade a comunicação formal ao órgão gestor do RPPS, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data do jubilamento, para que este possa compulsoriamente emitir o ato de inativação.

§ 3º O cálculo desse benefício dar-se-á na forma do art. 68.

§ 4º É assegurado reajuste desse benefício na forma do art. 69.

Seção IV
Da Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

Art. 41. O segurado fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos calculados na forma prevista no art. 68, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;
II - tempo mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e
III - 60 (sessenta) anos de idade e 35 (trinta e cinco) anos de tempo de contribuição, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) anos de tempo de contribuição, se mulher.

§ 1º Os requisitos de idade e tempo de contribuição previstos neste artigo serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício da função de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 2º Para fins do disposto no parágrafo anterior, considera-se função de magistério as exercidas por professores no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio, em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício de docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico, conforme critérios e definições estabelecidas nas normas municipais.

§ 3º A aposentadoria de que trata este artigo vigorará a partir da data da publicação do seu respectivo ato de concessão.

§ 4º O cálculo desse benefício dar-se-á na forma do art. 68.

§ 5º É assegurado o reajuste desse benefício na forma do art. 69.

Seção V
Da Aposentadoria Voluntária por Idade

Art. 42. O servidor fará jus à aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma prevista no art. 68, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;
II - tempo mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e
III - 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher.
§ 1º. A aposentadoria de que trata este artigo vigorará a partir da data da publicação do seu respectivo ato de concessão.

§ 2º. O cálculo desse benefício dar-se-á na forma do art. 68.

§ 3º. É assegurado o reajuste desse benefício na forma do art. 69.

Seção VI
Da Aposentadoria Especial de Professor

Art. 43. O professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, quando da aposentadoria prevista no art. 41, terá os requisitos de idade e de tempo de contribuição reduzidos em 5 (cinco) anos.

§ 1º. Para fins do disposto no *caput*, considera-se função de magistério as exercidas por professores no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio, em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício de docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico, conforme critérios e definições estabelecidas nas normas municipais.

§ 2º. A aposentadoria de que trata este artigo vigorará a partir da data da publicação do seu respectivo ato de concessão.

§ 3º. O cálculo desse benefício dar-se-á na forma do art. 68, respeitadas as normas constitucionais aplicáveis.

§ 4º. É assegurado o reajuste desse benefício na forma do art. 69.

Seção VII

Do Auxílio-Doença

Art. 44. O auxílio-doença, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, será devido ao segurado que ficar incapacitado para o seu trabalho por mais de 15 (quinze) dias consecutivos e consistirá numa renda mensal correspondente a 91% (noventa e um por cento) do valor constituído pelo vencimento ou subsídio de cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual ou demais vantagens de qualquer natureza, incorporadas ou incorporáveis na forma de legislação específica, excluídos desta base de cálculo, apenas as verbas de caráter transitório.

§ 1º. Será concedido auxílio-doença, a pedido ou de ofício, com base em inspeção médica que definirá o prazo de afastamento.

§ 2º. Para concessão do auxílio-doença, o segurado será encaminhado à Junta Médica Oficial do Município para verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial.

§ 3º. Findo o prazo do benefício, o segurado será submetido à nova inspeção médica, que concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação do auxílio-doença, pela readaptação ou pela aposentadoria por invalidez.

§ 4º. Nos primeiros quinze dias consecutivos de afastamento do segurado por motivo de doença, é responsabilidade do Município o pagamento da sua remuneração.

§ 5º. Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença dentro dos sessenta dias seguintes à cessação do benefício anterior, este será prorrogado, ficando o Município desobrigado do pagamento relativo aos primeiros quinze dias.

§ 6º. O auxílio-doença poderá ser pago pelo Município junto com a folha de pagamento mensal do(a) segurado(a) e os valores serão deduzidos quando do recolhimento das contribuições previdenciárias mensais, devidas pelo Ente ao RPPS/CRAÍBASPREV.

§ 7º. O Município deve remeter, mensalmente, ao RPPS/CRAÍBASPREV, nos casos do parágrafo anterior, os processos referentes aos benefícios concedidos, juntamente com os comprovantes dos pagamentos e os atestados ou certidões correspondentes, para exame e arquivamento no Instituto.

§ 8º. O Tesouro Municipal poderá, a critério do Poder Executivo e sem ônus para a Unidade Gestora do RPPS, complementar o percentual referido no *caput* deste artigo, ao servidor em gozo de Auxílio-Doença, até o limite de sua remuneração.

§ 9º. Em caso de acúmulo lícito de cargos, o servidor será afastado em relação à atividade para a qual estiver incapacitado, devendo a perícia médica ser conhecedora de todas as atividades e cargos que o servidor estiver exercendo e manifestar-se-á mediante laudo médico pericial competente.

§ 10. Se nos cargos acumulados, o servidor exercer a mesma atividade, deverá ser afastado de todos, com base em laudo médico pericial.

Art. 45. O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de readaptação para exercício do seu cargo, ou outro de atribuições e atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido, respeitada a habilitação exigida, e mediante constatação através da emissão de laudo médico competente pela Junta Médica Oficial do Município,será aposentado por invalidez.

Seção VIII
Do Salário-Maternidade

Art. 46. Será devido salário-maternidade à segurada gestante, por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, com início entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste.

§ 1°. Em casos excepcionais, os períodos de repouso anterior e posterior ao parto podem ser aumentados de mais duas semanas, mediante inspeção médica com emissão de laudo médico pela Junta Médica Oficial.

§ 2°. O salário-maternidade consistirá numa renda mensal igual à última remuneração da segurada no cargo efetivo.

§ 3°. Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas.

§ 4°. O salário-maternidade não poderá ser acumulado com benefício por incapacidade.

§ 5°. À segurada que adotar, ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, independentemente da idade da criança.

§6°. Para os fins do disposto no § anterior, considera-se criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos, nos termos do art. 2° da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990.

§ 6°. Compete à interessada instruir o requerimento do salário-maternidade com os atestados médicos necessários.

§ 7° O salário-maternidade poderá ser pago pelo Município junto com a folha de pagamento mensal da segurada, e os valores serão deduzidos quando do recolhimento das contribuições previdenciárias mensais, devidas pelo Ente ao RPPS/CRAÍBASPREV.

§ 8° O Município deve remeter, mensalmente ao RPPS/CRAÍBASPREV, noscasos do parágrafo anterior, os processos referentes aos benefícios concedidos, juntamente com os comprovantes dos pagamentos e os atestados ou certidões correspondentes, para exame e arquivamento no Instituto.

§ 9º Em caso de ampliação da licença-maternidade, pelo Ente Municipal por mais 60 (sessenta) dias, o pagamento da remuneração correspondente a referida ampliação, além do prazo previsto no *caput* deste artigo, não poderá ser considerado benefício previdenciário, e nesta circunstância, deverá ser custeado com recursos do Tesouro Municipal.

Seção IX
Do Salário-Família

Art. 47. Será devido o salário-família, mensalmente, ao segurado ativo que esteja enquadrado como baixa renda, na proporção do número de filhos ou equiparados, nos termos do § artigo 8º desta Lei, de qualquer condição, até 14 (quatorze) anos de idade, ou inválido de qualquer idade.

§ 1º. O aposentado por invalidez ou por idade e os demais aposentados com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais de idade, se do sexo masculino, ou 60 (sessenta) anos ou mais, se do sexo feminino, terão direito ao salário-família, pago juntamente com a aposentadoria.

§ 2º. A invalidez, incapacidade ou deficiência do filho ou equiparado maior de quatorze anos de idade deve ser comprovada pela Junta Médica Oficial com a emissão do laudo médico pericial.

§ 3º. O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição será determinado pelo Chefe do Executivo e será atualizado anualmente.

§ 4º. Na ausência de ato que determine o valor das cotas, serão utilizados os mesmos valores determinados pelo RGPS e atualizados anualmente através das Portarias Interministeriais anuais.

§ 5º. O valor limite da baixa renda referido no *caput* do artigo 47 será o mesmo, inclusive, quanto à correção pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS, quanto ao cumprido o disposto no § 1º deste artigo.

Art. 48. Quando pai e mãe forem segurados do RPPS, ambos terão direito ao salário-família.

Art. 49. O pagamento do salário-família está condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado.

§ 1º Compete ao interessado instruir o requerimento do salário-família com os documentos referidos no *caput* deste artigo.

§ 2º. A não apresentação anual do atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência escolar do filho ou equiparado ou ainda do incapaz ou deficiente ou inválido implicará na suspensão do benefício, até que a documentação seja apresentada.

§ 3º O salário-família será pago pelo Município junto com a folha de pagamento mensal do(a) segurado(a), e os valores serão deduzidos quando do recolhimento das contribuições previdenciárias mensais, devidas pelo Ente ao RPPS/ CRAÍBASPREV.

§ 8º O Município deve remeter, mensalmente, ao RPPS/CRAÍBASPREVos processos referentes aos benefícios concedidos, juntamente com os comprovantes dos pagamentos e os atestados ou certidões correspondentes, para exame e arquivamento no Instituto.

§ 9º. Em caso de divórcio, separação judicial dos pais, abandono legalmente caracterizado ou perda do poder familiar, o salário-família passará a ser pago diretamente aquele a cujo encargo ficar o sustento do menor.

§ 10. O direito ao salário-família cessa automaticamente:
I - por morte do filho ou equiparado, a contar do mês seguinte ao do óbito;
II - quando o filho ou equiparado completar 14 (quatorze) anos de idade, a contar do mês seguinte ao da data do aniversário;
III - pela recuperação da capacidade do filho ou equiparado inválido ou incapaz, a contar do mês seguinte ao da cessação da invalidez ou incapacidade;
IV - pelo falecimento, exoneração ou demissão do servidor; ou
V - quando a remuneração do servidor ou os proventos do aposentado ultrapassarem o valor previsto nos arts. 43 e 44 desta Lei.

Art. 50. O salário-família não se incorporará à remuneração ou ao benefício do servidor ou segurado, para qualquer efeito.

Seção X
Da Pensão por Morte

Art. 51. A pensão por morte será devida, e consistirá numa importância mensal conferida, ao conjunto dos dependentes do segurado, definidos nos art. 8º, 9º e 10, quando do seu falecimento, e será igual:

I - à totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a esse limite; ou

II - à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo na data anterior à do óbito, conforme definido no § 3º do art. 16, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a esse limite, se o falecimento ocorrer quando o servidor ainda estiver em atividade.

§ 1º. Será concedida pensão provisória por morte presumida do servidor, nos seguintes casos:

I - declaração de ausência, pela autoridade judiciária competente;

II - desaparecimento em desabamento, inundação, incêndio, em acidente, inclusive, o não caracterizado como em serviço; desastre ou catástrofe, mediante apresentação, pelo interessado, do pedido de declaração judicial de ausência do segurado;

III - desaparecimento no desempenho das atribuições do cargo ou em missão de segurança.

§ 1º. A pensão provisória será transformada em definitiva quando declarado o óbito do segurado ausente ou daquele cuja morte era presumida; e deve ser cessada quando do reaparecimento do segurado, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

§ 2º. O benefício da pensão provisória deverá anualmente declarar que o segurado permanece desaparecido, ficando obrigado a comunicar imediatamente ao Município o reaparecimento deste, sob pena de ser responsabilizado civil e penalmente pelo ilícito.

§ 3º Os valores referidos neste artigo serão reajustados na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS, na forma do art. 69; ressalvados os casos em que é assegurada paridade aos pensionistas.

Art. 52. A pensão por morte será devida aos dependentes
a contar:
I - do dia do óbito, quando requerida até 30 (trinta) dias após este;
II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior;
III - da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência; ou
III - da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea.

Art. 53. A pensão será rateada entre todos os dependentes habilitados em partes iguais e não será protelada pela falta de habilitação de qualquer outro dependente.

§ 1º. O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte, o companheiro ou companheira que somente fará jus ao benefício mediante prova da dependência econômica.

§ 2º.A habilitação tardia,que importe em inclusão ou exclusão de dependente, só produzirá efeitos a partir da data do requerimento, da data da habilitação.

§ 3º A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, observado, todavia, o disposto no artigo 51 e artigo 82, não subsistindo ao RPPS, obrigação de pagamento relativa ao período anterior ao da habilitação, nos casos em que o beneficiário for pessoa não inscrita como dependente obrigatório do segurado.

Art. 54. Ressalvado o direito de opção, é vedada a percepção cumulativa de pensão deixada por mais de um cônjuge ou companheiro ou companheira e de mais de 2 (duas) pensões.

Parágrafo Único. A soma dos valores das pensões cumuladas não poderá ultrapassar o teto remuneratório constitucional do serviço público municipal.

Art. 55. A condição legal de dependente, para fins desta Lei, é aquela verificada na data do óbito do segurado, observados os critérios de comprovação de dependência econômica.

Parágrafo Único. A invalidez ou a alteração de condições quanto ao dependente, supervenientes à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito à pensão, salvo se o dependente, na condição de menor beneficiário da pensão por morte, tornar-se incapacitado definitivo para o trabalho no período anterior a sua emancipação ou maioridade, observado o disposto no art. 11, inciso IV, desta Lei.

Art. 56. Perde o direito à pensão por morte:
I - após o trânsito em julgado, o beneficiário condenado pela prática de crime de que tenha dolosamente resultado a morte do servidor;
II - o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
III - para os dependentes que perderem a qualidade de beneficiários nos termos do artigo 11 desta lei.

Art. 57. Por morte ou perda da qualidade de dependente, a respectiva cota reverter-se-á em favor dos demais beneficiários habilitados.

Art. 58. É assegurado o reajustamento do benefício para preservar-lhe, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei e redação dada pela Emenda Constitucional nº 41 de 2003.

Parágrafo Único. Ressalvadas as pensões que se resguardam pelo instituto da paridade;estas serão automaticamente atualizadas na mesma data e na mesma

proporção dos reajustes dos vencimentos dos servidores, nos termos das disposições constitucionais e desta Lei.

Art. 59. A cota da pensão será extinta:
I - pela morte do pensionista;
II - para o pensionista menor de idade, ao completar 21 (vinte e um) anos, salvo se incapacitado definitivamente para o trabalho, nos termos das alíneas b, c e d do inciso IV do artigo 8º desta Lei;
III - pela emancipação, ainda que incapacitado definitivamente para o trabalho, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior;
IV - pela cessação da invalidez;
V - a anulação do casamento, quando a decisão ocorrer após a concessão da pensão ao cônjuge;
VI - nos demais termos previstos no artigo 11desta Lei.

§ 1º. O termo final do direito ao benefício da pensão é a data em que o dependente atinge a maioridade, ainda que comprovado o ingresso em curso universitário ou a dependência econômica.

§ 2º. Não terá direito à pensão, o cônjuge que, ao tempo do falecimento do segurado, estiver dele divorciado ou separado judicialmente, salvo quando perceber pensão de alimentos; inclusive, o companheiro ou companheira nos termos do artigo 11.

§ 3º. Com a extinção do direito do último pensionista, a pensão será encerrada.

Seção XI
Do Auxílio-Reclusão

Art. 60. O auxílio-reclusão consistirá numa importância mensal, concedida aos dependentes do servidor segurado recolhido à prisão que não perceba remuneração dos cofres públicos, nem esteja em gozo de auxílio-doença ou de aposentadoria, desde que a última remuneração ou subsídio do cargo efetivo seja igual ou inferior ao limite da baixa renda estabelecido por ato do Chefe do Poder Executivo, ou na ausência deste pelo definido no RGPS.

§ 1º O valor limite referido no *caput* será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS.

§ 2º O auxílio-reclusão será rateado em cotas-partes iguais entre os dependentes do segurado.

§ 3º O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber dos cofres públicos, e será devido, apenas, durante o período em que o segurado estiver recolhido à prisão sob regime fechado ou semiaberto.

§ 4º Na hipótese de fuga do segurado, o benefício será suspenso e restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido e pelo período da fuga.

§ 5º Para a instrução do processo de concessão deste benefício, além da documentação que comprovar a condição de segurado e de dependentes, serão exigidos:

I - documento que certifique o não pagamento da remuneração ao segurado pelos cofres públicos, em razão da prisão; e
II - certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado à prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, sendo tal documento renovado trimestralmente.

§ 6º Caso o segurado venha a ser ressarcido com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, e seus dependentes tenham recebido auxílio-reclusão, o valor correspondente ao período de gozo do benefício deverá ser restituído ao CRAÍBASPREV pelo segurado ou por seus dependentes, aplicando-se os juros e índices de correção incidentes no ressarcimento da remuneração até a efetiva devolução.

§ 7º Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.

§ 8º Compete aos interessados instruir o requerimento do auxílio-reclusão com os documentos referidos no § 5º.

§ 9º O auxílio-reclusão poderá ser pago pelo Município aos dependentes do segurado, e os valores serão deduzidos quando do recolhimento das contribuições previdenciárias mensais, devidas pelo Ente ao CRAÍBASPREV.

§ 10. O Município deve remeter mensalmente ao RPPS/ CRAÍBASPREV, nos casos do parágrafo anterior, os processos referentes aos benefícios concedidos, juntamente com os comprovantes dos pagamentos e os atestados ou certidões correspondentes, para exame e arquivamento no Instituto.

§ 11. O pagamento do auxílio-reclusão cessará a partir do dia imediato àquele em que o servidor for posto em liberdade, ainda que condicional.

§ 12. Ressalvado o disposto neste artigo, o auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão.

CAPÍTULO VII
DO ABONO ANUAL

Art. 61. O abono anual será devido àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria, pensão por morte, auxílio-reclusão, salário maternidade ou auxílio-doença pagos pelo RPPS/CRAÍBASPREV.

§ 1º O abono de que trata o *caput* será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo CRAÍBASPREV, em que cada mês corresponderá a um doze avos, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quando o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.

§ 2º Na hipótese da ocorrência de fato extintivo do benefício, o cálculo do abono anual obedecerá à proporcionalidade da manutenção do benefício no correspondente exercício, equivalendo cada mês decorrido, ou fração de dias superior a 15 (quinze), a 1/12 (um doze avos).

§ 3º O abono anual de que trata o *caput* deste artigo poderá ser pago antecipadamente dentro do exercício financeiro a ele correspondente, desde que autorizada pelo respectivo órgão deliberativo do RPPS.

CAPÍTULO VIII
DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO
Seção I
Da Aposentadoria Voluntária - Art. 2º da EC nº 41/2003

Art. 62. Ao segurado do RPPS que tiver ingressado por concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo público efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional do Município, até 16 de dezembro de 1998, será facultada sua aposentação com proventos calculados de acordo com o art. 68 quando o servidor, cumulativamente:
I - tiver 53 (cinquenta e três) anos de idade, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos de idade, se mulher;
II - tiver 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;
III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:
a) 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher; e
b) um período adicional de contribuição equivalente a 20% (vinte por cento) do tempo que, na data prevista no caput, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea "a" deste inciso.

§ 1º O servidor de que trata este artigo, que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do caput, terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo inciso III do art. 41, e pelo art. 43, na seguinte proporção:
I - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput até 31 de dezembro de 2005;
II - 5% (cinco por cento), para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º O número de anos antecipados na forma do § 1º deste artigo será verificado no momento da concessão do benefício.

§ 3º Os percentuais de redução de que tratam os incisos I e II do § 1º deste artigo, serão aplicados sobre o valor do benefício inicial calculado pela média das contribuições, segundo o art. 68, verificando-se previamente a observância ao limite da remuneração do servidor no cargo efetivo, previsto no § 10 do mesmo artigo.

§ 4º O segurado professor que, até a data de 16 de dezembro de 1998, data da publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério no Município, incluídas suas autarquias e fundações, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de 17% (dezessete por cento), se homem, e de 20% (vinte por cento), se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º.

§ 5º Os proventos das aposentadorias concedidos conforme este artigo serão reajustados de acordo com o disposto no art. 69.

Seção II
Da Aposentadoria Voluntária - Art. 6º da EC nº 41/2003

Art. 63. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no art. 40 da Constituição Federal (art. 40; 41, 42 e 43 desta Lei) ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º da EC-41/2003 e art. 62 desta Lei, o servidor segurado do RPPS que tiver ingressado no serviço público na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, até 31 de dezembro de 2003, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 1º do art. 41 e art. 43, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:
I - 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher;
II - 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher;
III - 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;
IV - 10 (dez) anos de carreira, e
V - 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo único. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão reajustados de acordo com o disposto no art. 70.

Seção III
Da Aposentadoria Especial - Art. 6º da EC nº 41/2003

Art. 64. Professores que implementaram cumulativamente as condições de 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público, 10 (dez) anos de carreira e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e que comprovem, exclusivamente, tempo de efetivo exercício em funções de magistério (art. 41, § 2º, e art. 43, § 1º), na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, terão reduzidos em 5 (cinco) anos os critérios de idade e tempo de contribuição indicados nos incisos I e II do artigo 70.

Seção IV
Da Aposentadoria Voluntária - Art. 3º da EC nº 47/2005

Art. 65. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal (art. 36; 40, 41, 42 e 43 desta Lei) ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da EC-41/2003 (art. 62 e 63 desta Lei), o servidor, que tenha ingressado no serviço público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, até 16 de dezembro de 1998, poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:
I - 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher;
II - 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;
III - 15 (quinze) anos de carreira;
IV - 5 (cinco) anos no cargo em que se der a aposentadoria;
V - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites de idade do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal (art. 41, inciso III, desta Lei) de 1 (um) ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão reajustados de acordo com o disposto no art. 70.

Seção V
Do Direito Adquirido - Art. 3º da EC nº 41/2003

Art. 66. É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos segurados e seus dependentes que, até 31 de dezembro de 2003, tenham cumprido todos os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos segurados referidos no *caput*, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até 31 de dezembro de 2003, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

CAPÍTULO IX
DO ABONO DE PERMANÊNCIA

Art. 67. O segurado ativo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas nos arts. 41, 43 e 62 e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40.

§ 1º O abono previsto no *caput* será concedido, nas mesmas condições, ao servidor que, até a data de 31 de dezembro de 2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, tenha cumprido todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, com base nos critérios da legislação então vigente, como previsto no art. 66, desde que conte com, no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, se mulher, ou 30 (trinta) anos, se homem.

§ 2º O recebimento do abono de permanência pelo servidor que cumpriu todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, em quaisquer das hipóteses previstas nos arts. 41, 43, 62 e 66, conforme previsto no *caput* e § 1º deste artigo, não constitui impedimento à concessão do benefício de acordo com outra regra vigente, inclusive as previstas nos arts. 63, 64 e 65, desde que cumpridos os requisitos previstos para essas hipóteses, garantida ao segurado a opção pela mais vantajosa.

§ 3º O valor do abono de permanência será equivalente ao valor da contribuição efetivamente descontada do servidor, ou recolhida por este, relativamente a cada competência.

§ 4º O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do respectivo ente federativo e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício, conforme disposto no *caput* e § 1º deste artigo, mediante opção expressa e formal do servidor pela permanência em atividade.

§ 5º O pagamento do abono de permanência terá início a partir da data da protocolização, pelo servidor, da opção pela permanência em atividade.

§ 6º Em caso de cessão de servidor ou de afastamento para exercício de mandato eletivo, o responsável pelo pagamento do abono de permanência será o órgão ou entidade ao qual incumbe o ônus pelo pagamento da remuneração ou subsídio, salvo disposição expressa em sentido contrário no termo, ato, ou outro documento de cessão ou afastamento do segurado.

§ 7º Na concessão do benefício de aposentadoria ao servidor titular de cargo efetivo, ainda que pelo RGPS, cessará o direito ao pagamento do abono de permanência.

§ 8º Ao servidor público de cargo efetivo na administração municipal, é obrigatório comunicar ao órgão gestor do RPPS a superveniência de aposentadoria em outro regime previdenciário, na concomitância do recebimento do abono de permanência.

CAPÍTULO X

DAS REGRAS DE CÁLCULO DOS PROVENTOS

Art. 68. No cálculo dos proventos das aposentadorias referidas nos arts. 39; 40, 41, 42, 43 e 62, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações ou subsídios, utilizados como base para as contribuições do servidor ao regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º Ressalve-se que para a aposentadoria prevista no artigo 36 e 37, o cálculo dos proventos será efetuado com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, não sendo aplicáveis, portanto, as disposições constantes dos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal e do *caput* deste artigo.

§ 2º Para os efeitos do disposto no *caput*, serão utilizados os valores das remunerações que constituíram base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência, independentemente do percentual da alíquota estabelecida ou de terem sido estas destinadas para o custeio de apenas parte dos benefícios previdenciários.

§ 3º As remunerações ou subsídios considerados no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do RGPS, conforme portaria editada mensalmente pelo MPS.

§ 4º Nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição do servidor vinculado a regime próprio, a base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo, inclusive nos períodos em que houve isenção de contribuição ou afastamento do cargo, desde que o respectivo afastamento seja considerado como de efetivo exercício.

§ 5º Na ausência de contribuição do servidor não titular de cargo efetivo, vinculado a regime próprio até dezembro de 1998, será considerada a sua remuneração no cargo ocupado no período correspondente.

§ 6º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência ao qual o servidor esteve vinculado, ou por outro documento público.

§ 7º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 2º, não poderão ser:

I - inferiores ao valor do salário-mínimo;
II - superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao RGPS.

§ 8º Na determinação do número de competências correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo de que trata o *caput*, desprezar-se-á a parte decimal.

§ 9º As maiores remunerações de que trata o *caput* serão definidas depois da aplicação dos fatores de atualização e da observância, mês a mês, dos limites estabelecidos no § 6º.

§ 10. Se a partir de julho de 1994 houver lacunas no período contributivo do segurado por ausência de vinculação a regime previdenciário, esse período será desprezado do cálculo de que trata este artigo.

§ 11. O valor inicial do provento, calculado de acordo com o *caput*, por ocasião de sua concessão, não poderá exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão, observado o disposto no art. 67.

§ 12. Considera-se remuneração do cargo efetivo o valor constituído pelos vencimentos e vantagens pecuniárias permanentes desse cargo estabelecidas em lei, acrescido dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes.

§ 13. Para o cálculo do valor inicial dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, será utilizada fração cujo numerador será o total desse tempo e o denominador, o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária com proventos integrais, conforme inciso III do art. 41, não se aplicando a redução de que trata o § 1º do mesmo artigo e do art. 43, relativa ao professor.

§ 14. A fração de que trata o parágrafo anterior, será aplicada sobre o valor inicial do provento calculado pela média aritmética das contribuições conforme o *caput* deste artigo, ou da remuneração do cargo, segundo § 1º deste artigo, observando-se previamente a aplicação do limite de remuneração do cargo efetivo de que trata o § 11 deste artigo.

§ 15. Os períodos de tempo utilizados no cálculo previsto neste artigo serão considerados em número de dias.

CAPÍTULO XI
DAS REGRAS DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS

Art. 69. Os benefícios de aposentadoria e pensão, de que tratam os arts. 39, 40, 41, 42, 43, 51 e 62, bem como as pensões derivadas dos benefícios em fruição em 31 de dezembro de 2003, serão reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, nas mesmas datas e índices utilizados para fins de reajustes dos benefícios do RGPS.

Parágrafo único. No primeiro reajustamento dos benefícios, o índice será aplicado de forma proporcional entre a data da concessão e a data do reajustamento.

Art. 70. Os benefícios abrangidos pelo disposto nos arts. 63, 64, 65 e 66, as pensões derivadas dos proventos de aposentadoria dos servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com o art. 65 e os benefícios em fruição em 31 de dezembro de 2003, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei municipal.

Parágrafo único. É vedada a extensão, com utilização dos recursos previdenciários, do reajustamento paritário de que trata este artigo, aos benefícios abrangidos pelo disposto no art. 69, ainda que a título de antecipação do reajuste anual ou de recomposição de perdas salariais anteriores à concessão do benefício.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS BENEFÍCIOS

Art. 71. O tempo de carreira exigido para concessão dos benefícios previstos nos arts. 72, 73 e 74 deverá ser cumprido no mesmo ente federativo e no mesmo poder.

§ 1° Na hipótese de o cargo em que se der a aposentadoria não estar inserido em plano de carreira, o requisito previsto no inciso IV do art. 63 e no inciso III do art. 65 deverá ser cumprido no último cargo efetivo.

§ 2° Será considerado como tempo de carreira, o tempo cumprido em emprego, função ou cargo de natureza não efetiva até 15 de dezembro de 1998.

Art. 72. Será considerado como tempo no cargo efetivo, tempo de carreira e tempo de efetivo exercício no serviço público, o período em que o servidor estiver em exercício de mandato eletivo; cedido, com ou sem ônus para o cessionário, a órgão ou entidade da administração direta ou indireta, do mesmo ou de outro ente federativo, ou afastado do país por cessão ou licenciamento com remuneração.

Art. 73. É vedada a inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão ou do abono de permanência de que trata o art. 67.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica às parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão que tiverem integrado a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com proventos calculados conforme art. 68, respeitado, em qualquer hipótese, como limite, a remuneração do servidor no cargo efetivo.

Art. 74. Ressalvado o disposto nos arts. 36, 37, 38 e 39 e 40, a aposentadoria vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

Art. 75. A vedação prevista no § 10 do art. 37, da Constituição Federal, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, servidores e militares, que, até 16 de dezembro de 1998, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo.

Art. 76. Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, será vedada a percepção de mais de uma aposentadoria por conta do RPPS.

Art. 77. Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do Regime Geral da Previdência Social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica. desde 24/04/2014,

Art. 78. O Ente Federativo deve analisar todos os pedidos de aposentadoria especial apresentados pelos servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, independentemente da existência de prévia decisão judicial.

§ 1º. Os efeitos desta disposição não abrangem a concessão de aposentadoria aos servidores com deficiência ou que exerçam atividades de risco, previstas no art. 40, § 4º, I e II da Constituição Federal.

§ 2º. Em caso de omissão desta Lei, o CraíbasPrev reconhecerá o tempo exercido sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, para fins de análise dos pleitos de aposentadoria especial, com base nas mesmas normas que regem o RGPS, inclusive, instruções normativas e demais normas regulamentares.

§ 3º. No cálculo e no reajustamento dos proventos de aposentadoria especial aplica-se o disposto nos §§ 2º, 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal; bem como, em caso de instituição de regime de previdência complementar para os seus servidores do Ente, aplicar-se-á o disposto nos §§ 14, 15 e 16 do mesmo artigo.

Art. 79. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrente de regime próprio de servidor titular de cargo efetivo, com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

Art. 80. A vedação prevista no artigo anterior não se aplica aos membros de Poder e aos inativos, servidores e militares que, até 16 de dezembro de 1998, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas

demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime próprio, exceto se decorrentes de cargos acumuláveis previstos na constituição Federal, aplicando-lhes em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Aos segurados de que trata este artigo é resguardo o direito de opção pela aposentadoria mais vantajosa.

Art. 81. Para fins de concessão de aposentadoria pelo CRAÍBASPREV é vedada a contagem de tempo de contribuição fictícia.

Art. 82. Será computado, integralmente, o tempo de contribuição no serviço público federal, estadual, distrital e municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como, o tempo de contribuição junto ao RGPS.

Art. 83. Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos cumuláveis na forma da Constituição Federal, será vedada a percepção de mais de uma aposentaria por conta do CRAÍBASPREV.

Parágrafo Único. O servidor inativo, para ser investido em cargo público efetivo não acumulável com aquele que gerou a aposentadoria, deverá renunciar aos proventos desta.

Art. 84. Na ocorrência das hipóteses previstas para a concessão de aposentadoria compulsória ou por invalidez a segurado que tenha cumprido os requisitos legais para concessão de aposentadoria voluntária em qualquer regra,o CRAÍBASPREV deverá facultar que, antes da concessão da aposentadoria de ofício, o servidor, ou seu representante legal, opte pela aposentadoria de acordo com a regramais vantajosa.

Art. 85. Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação do beneficiário para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo CRAÍBASPREV; salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

Art. 86. O segurado aposentado por incapacidade permanente e o dependente inválido, independentemente da sua idade, deverão, sob pena de suspensão do benefício, submeter-se, a cada 2 (dois) anos, a exame médico a cargo da Junta Médica Oficial do Município.

Art. 87. Quaisquer dos benefícios previstos nesta Lei serão pagos diretamente ao beneficiário.

§ 1° O disposto no *caput* não se aplica na ocorrência das seguintes hipóteses, devidamente comprovadas:
I - ausência, na forma da lei civil;
II - moléstia contagiosa; ou
III - impossibilidade de locomoção.

§ 2º Nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, o benefício poderá ser pago a procurador legalmente constituído por instrumento público, cujo mandato específico não exceda de seis meses, renováveis.

§ 3º O valor não recebido em vida pelo segurado será pago somente aos seus dependentes habilitados à pensão por morte, ou, na falta deles, aos seus sucessores, por ordem judicial, independentemente de inventário ou arrolamento, na forma da lei.

Art. 88. Serão descontados dos benefícios pagos aos segurados e aos dependentes:

I - a contribuição prevista no § 1º do art. 100;
II - o valor devido pelo beneficiário ao Município;
III - o valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente pelo CRAÍBASPREV;
IV - o imposto de renda retido na fonte;
V - a pensão de alimentos prevista em decisão judicial;
VI - as contribuições associativas ou sindicais autorizadas pelos beneficiários; e
VII - as consignações, estabelecidas na forma da lei.

Art. 89. Salvo em caso de divisão entre aqueles que ao benefício fizerem jus e nas hipóteses dos arts. 47, 51 e 60, nenhum benefício previsto nesta Lei terá valor inferior a um salário-mínimo.

Art. 90. Independe de carência a concessão de benefícios previdenciários pelo CRAÍBASPREV, ressalvadas as aposentadorias previstas nos arts. 41, 42, 43, 62, 63, 64 e 65 que observarão os prazos mínimos previstos naqueles artigos para a concessão de aposentadoria.

Parágrafo único. Para efeito do cumprimento dos requisitos de concessão das aposentadorias mencionadas no *caput*, o tempo de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria, deverá ser cumprido no cargo efetivo em que o servidor estiver em exercício na data imediatamente anterior à da concessão do benefício.

Art. 91. Concedida a aposentadoria ou a pensão, será o ato publicado e encaminhado, pela Unidade Gestora, à apreciação do Tribunal de Contas do Estado, para homologação.

Parágrafo único. Caso o ato de concessão não seja aprovado pelo Tribunal de Contas, o processo do benefício será imediatamente revisto e promovidas as medidas administrativas e jurídicas pertinentes.

Art. 92. É vedada a celebração de convênio, consórcio ou outra forma de associação para a concessão dos benefícios previdenciários de que trata esta Lei com a União, o Estado, o Distrito Federal ou outro Município.

Art. 93. Salvo quanto ao desconto autorizado por esta Lei ou derivado da obrigação de prestar alimentos, reconhecida em sentença judicial; o benefício não pode ser objeto de penhora, arresto ou sequestro, sendo nula de pleno direito a sua venda ou cessão ou a constituição de

quaisquer ônus sobre ele de natureza administrativa ou judicial, bem como, a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para o seu recebimento.

CAPÍTULO XIII
DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL
Seção I
Das Regras de Contabilidade

Art. 94. O CRAÍBASPREV deverá observar as seguintes normas de contabilidade:

I - a escrituração contábil do CRAÍBASPREV deverá ser distinta da mantida pelo Ente Federativo;
II - a escrituração deverá incluir todas as operações que envolvam direta ou indiretamente a responsabilidade do CRAÍBASPREV e modifiquem ou possam vir a modificar seu patrimônio;
III - a escrituração obedecerá aos princípios e legislação aplicada à contabilidade pública, especialmente à Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e ao disposto em normas específicas;
IV - o exercício contábil terá a duração de um ano civil;
V - deverão ser adotados registros contábeis auxiliares para apuração de depreciações, de avaliações e reavaliações dos bens, direitos e ativos, inclusive dos investimentos e da evolução das reservas;
VI - os demonstrativos contábeis devem ser complementados por notas explicativas e outros quadros demonstrativos necessários ao minucioso esclarecimento da situação patrimonial e dos investimentos mantidos pelo CRAÍBASPREV;
VII - os bens, direitos e ativos de qualquer natureza devem ser avaliados em conformidade com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e reavaliados periodicamente na forma estabelecida em norma específica do MPS;
VIII - os títulos públicos federais, adquiridos diretamente pelos RPPS, deverão ser marcados a mercado, mensalmente, no mínimo, mediante a utilização de parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro de forma a refletir seu real valor.

§ 1º. Considera-se distinta a escrituração contábil que permita a diferenciação entre o patrimônio do CRAÍBASPREV e o patrimônio do Tesouro Municipal, possibilitando a elaboração de demonstrativos contábeis específicos.

§ 2º. O CRAÍBASPREV sujeita-se às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 95. O Município de Craíbas deverá apresentar à Secretaria de Previdência Social (SPS), conforme modelo, periodicidade e instruções de preenchimento disponíveis no endereço eletrônico do MPS na internet (www.previdencia.gov.br), os demonstrativos contábeis relativos ao seu RPPS.

§ 1º No ato do preenchimento e envio das demonstrações contábeis será gerado recibo no qual se atestará a veracidade das informações contidas.

§ 2º O recibo de que trata o § 1º deverá ser impresso, conferido e assinado para ratificação das demonstrações pelo responsável técnico pela contabilidade e pelos representantes legais do Município de Craíbas e da unidade gestora (CRAÍBASPREV), e encaminhado à SPS na forma por ela estabelecida.

Art. 96. O Município de Craíbas manterá registro individualizado dos segurados do RPPS, que conterá as seguintes informações:
I - nome e demais dados pessoais, inclusive dos dependentes;
II - matrícula e outros dados funcionais;
III - remuneração de contribuição, mês a mês;
IV - valores mensais da contribuição do segurado;
V - valores mensais da contribuição do Município.

Parágrafo único. Ao segurado e, na sua falta, aos dependentes devidamente identificados, serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado.

Seção II
Do Encaminhamento de Legislação e Outros Documentos

Art. 97. O Município de Craíbas deverá encaminhar à Secretaria de Previdência Social - SPS do Ministério da Previdência Social - MPS, os seguintes documentos, relativos a todos os Poderes:
I - legislação completa referente aos regimes de previdência social dos servidores, compreendendo as normas que disciplinam o regime jurídico e o regime previdenciário, contendo todas as alterações;
II - Demonstrativo Previdenciário;
III - Demonstrativo da Política de Investimentos;
IV - Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA;
V - Demonstrativo dos Investimentos e das Disponibilidades Financeiras do RPPS;
VI - Comprovante do Repasse ao RPPS dos valores decorrentes das contribuições, aportes de recursos e débitos parcelados; e
VII - Demonstrativos Contábeis.

§ 1º A SPS/MPS poderá solicitar outros documentos que julgar pertinentes para a análise da regularidade do regime de previdência social - RPPS (CRAÍBASPREV).

§ 2º A legislação referida no inciso I deverá estar impressa, acompanhada de comprovante de sua publicação, consideradas válidas para este fim a divulgação na imprensa oficial ou jornal de circulação local ou a declaração da data inicial da afixação no local competente.

§ 3º Na hipótese de apresentação da legislação por cópias, estas deverão ser autenticadas em cartório ou por servidor público devidamente identificado por nome, cargo e matrícula.

§ 4º A legislação editada a partir de 11 de julho de 2008 deverá ser encaminhada também em arquivo magnético (disquete) ou ótico (CD ou DVD) ou eletrônico (correio eletrônico) ou por dispositivo de armazenamento portátil (*pen drive*).

§ 5º A disponibilização da legislação para consulta em página eletrônica na rede mundial de computadores - Internet suprirá a necessidade de autenticação, dispensará a apresentação e, caso conste expressamente, no documento disponibilizado, a data de sua publicação inicial, dispensará também o envio do comprovante de sua publicidade.

§ 6º Para aplicação do disposto no § 5º, o Município deverá comunicar à SPS, o endereço eletrônico em que a legislação poderá ser acessada.

§ 7º É de responsabilidade do Município o envio do comprovante de repasse citado no inciso VI, contendo as assinaturas do dirigente máximo deste e da unidade gestora ou de seus representantes legais.

§ 8º O envio do DRAA, previsto no inciso IV, é de responsabilidade do Município e deverá conter as assinaturas do seu dirigente máximo ou representante legal, do atuário responsável pela avaliação atuarial e do representante legal da unidade gestora do RPPS, observando-se que eventuais retificações deverão ser encaminhadas ao MPS, juntamente com a base dos dados que as originaram.

§ 9º O documento previsto no inciso II deverá conter as receitas e despesas relativas à folha de pagamento de cada competência informada, independentemente de terem sido realizadas ou liquidadas em competências posteriores.

CAPÍTULO XIV
DO PLANO DE CUSTEIO
Seção I
Do Custeio do RPPS

Art. 98. O Regime de Previdência estabelecido por esta Lei é custeado mediante recursos de contribuições do Município de Craíbas, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias, fundações e dos segurados ativos, inativos e dos pensionistas, bem assim por outros recursos que lhe forem atribuídos, na forma das Seções II e III deste Capítulo.

§ 1º As aplicações financeiras dos recursos mencionados neste artigo atenderão às resoluções do Conselho Monetário Nacional, sendo vedada a aplicação em títulos públicos, exceto em títulos públicos federais.

§ 2º As receitas de que trata este artigo somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários do CRAÍBASPREV e da taxa de administração destinada à manutenção desse Regime.

Art. 99. O plano de custeio do RPPS será revisto anualmente, observadas as normas gerais de atuária, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Seção II
Da Contribuição do Segurado

Art. 100. Constituirá fato gerador das contribuições previdenciárias para o regime de previdência do Município, a percepção efetiva ou a aquisição pelo segurado da disponibilidade econômica ou jurídica de remuneração, a qualquer título, inclusive de subsídios, oriundos dos cofres públicos municipais ou das autarquias e das fundações públicas, tomando-se como base de cálculo as parcelas estabelecidas no art. 16.

§ 1º A contribuição previdenciária mensal dos segurados ativos, inativos e pensionistas para o CRAÍBASPREV, obedecerá, para efeito de incidência, a base de cálculo as parcelas estabelecidas no art. 16 e a alíquota definida em Lei específica.

§ 2º Para o cálculo das contribuições incidentes sobre o abono anual (gratificação natalina), será observada a mesma alíquota.

§ 3º No caso de inexistência ou suspensão de remuneração, caberá ao segurado a obrigação de recolhimento diretamente ao CRAÍBASPREV das contribuições previdenciárias pessoais e patronais, considerando a base de cálculo prevista no art. 16.

Seção III
Da Contribuição do Município

Art. 101. A contribuição previdenciária do Município de Craíbas, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações, para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS a que estejam vinculados seus servidores, não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.

Parágrafo único. A alíquota de contribuição de que trata o *caput* deste artigo será definida em Lei específica, tomando-se como base de cálculo as parcelas estabelecidas no art. 16.

Art. 102. O Município é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras apuradas atuarialmente no regime de previdência, na forma da Lei Orçamentária Anual.

Art. 103. O aporte adicional previsto atuarialmente, assim como, as transferências referentes à amortização de eventuais *déficits* verificados no regime de previdência do Município, não serão computados para efeito da limitação de que trata o art. 101.

Parágrafo único. O *déficit* técnico apurado na avaliação atuarial do Instituto, poderá ser financiado conforme estabelecido pelo MPS, e o saldo remanescente será atualizado pelo oficial do Ente Federativo Municipal, verificada entre a data da apuração e do efetivo recolhimento, acrescidos da taxa de juros reais de 6% (seis por cento) ao ano.

Art. 104. A contribuição previdenciária do Município, através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações públicas, para o RPPS/CRAÍBASPREV será constituída de recursos adicionais do Orçamento Fiscal, fixados obrigatoriamente na Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO XV
DA ARRECADAÇÃO E RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 105. A arrecadação e o recolhimento mensal das contribuições previdenciárias ou de outras importâncias devidas ao regime de previdência do Município pelos segurados, pelo Ente Público ou pelo órgão que promover a sua retenção, deverão ser efetuados ao CRAÍBASPREV em até 20 (vinte) dias úteis contados da data em que ocorrer o crédito correspondente.

Art. 106. O encarregado de ordenar ou de supervisionar a retenção e o recolhimento das contribuições dos segurados devidas ao regime de previdência do Município criado por esta Lei, que deixar de as reter ou de recolhê-las no prazo legal, será objetiva e pessoalmente responsável, na forma prevista no artigo 135, incisos II e III, do Código Tributário Nacional, pelo pagamento dessas contribuições e das penalidades cabíveis, sem prejuízo da sua responsabilidade administrativa, civil e penal, pelo ilícito que eventualmente tiver praticado e da responsabilidade do Poder, órgão autônomo, autarquias ou fundações públicas municipais a que for vinculado por essas mesmas contribuições e penalidades.

Art. 107. Mediante acordo celebrado com o Município contendo cláusula em que seja autorizado, quando houver inadimplência deste por prazo superior a 30 (trinta) dias, será efetuada a retenção no Fundo de Participação do Município - FPM e repassado ao CRAÍBASPREV o valor correspondente às contribuições previdenciárias e seus devidos acréscimos legais.

Art. 108. As contribuições previdenciárias pagas em atraso ficam sujeitas à atualização pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, além da cobrança de juros de mora de 1% (um por cento) por mês de atraso ou fração e multa de 2% (dois por cento), todos de caráter irrelevável, sem prejuízo da responsabilização e das demais penalidades previstas nesta Lei e legislação aplicável.

TÍTULO II
DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CRAÍBAS - CRAÍBASPREV

CAPÍTULO I
DA CRIAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, SEDE E FORO

Art. 109. Fica reorganizado, nos termos desta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Craíbas, passando a denominar-se Instituto de Previdência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Craíbas - CRAÍBASPREV, Autarquia com personalidade jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta do Município, com autonomia administrativa e financeira, nos termos desta Lei.

Art. 110. O Instituto de Previdência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Craíbas - CRAÍBASPREV, tem sede e foro na cidade de Craíbas.

Art. 111. O CRAÍBASPREV é o ente responsável, como unidade gestora única, pela administração, o gerenciamento e a operacionalização do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Craíbas, incluindo a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários previstos nesta lei, de todos os poderes, órgãos e entidades do Município de Craíbas.

Art. 112. O prazo de sua duração é indeterminado.

Art. 113. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil e, ao seu término, será levantado balanço do Instituto.

Art.114. Compete ao CRAÍBASPREV contratar instituição financeira oficial para a gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas, das exigibilidades relativas aos programas previdenciários e de investimento, dos fundos dos referidos programas, custódia dos títulos e valores mobiliários, bem como, da gestão previdenciária relativamente à concessão, manutenção e cancelamento dos benefícios de aposentadoria e pensão, atualização e administração do cadastro social e financeiro dos servidores, além de gerir a folha de pagamento dos beneficiários de que trata esta Lei, desde que previamente autorizado pelo Conselho Administrativo.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
Seção I
Dos Órgãos Da Unidade Gestora

Art. 115. Para o atingimento de seus objetivos e finalidades, o CRAÍBASPREV será administrado por uma Diretoria Executiva, seguida de Assessoria Contábil, Jurídica e Médica, e será fiscalizado pelos Conselhos Administrativo e Fiscal.

Art. 116. A Diretoria Executiva será de livre nomeação e exoneração do Prefeito e deverá ser ocupada por servidores públicos efetivos. Sendo composta de:

I. um Diretor-Presidente;
II. um Diretor Administrativo-Financeiro;
III. um Diretor de Previdência e Benefícios.

§ 1°. Não poderão integrar o Conselho de Administração, Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal do CRAÍBASPREV, ao mesmo tempo, representantes que guardem entre si relação conjugal ou de parentesco, consanguíneo ou afim até o terceiro grau.

§ 2° Os representantes que integrarão os órgãos de que tratam os incisos I , II e III deste artigo, serão escolhidos dentre pessoas de reconhecida capacidade e experiência comprovada, preferencialmente com formação superior e/ou especialidade em uma das seguintes áreas: seguridade, administração, economia, finanças, contabilidade, serviço social e direito, para um mandato de dois anos, permitida recondução, conforme melhor interesse do Instituto de Previdência.

§ 3° Sem prejuízo da permanência no exercício do cargo até a data de investidura de seus sucessores, que deverá ocorrer até trinta dias contados da data da designação, os membros desses órgãos terão seus mandatos cessados quando do término do mandato do Prefeito que os designou.

§ 4°. Os cargos da Diretoria Executiva somente poderão ser ocupados por servidores públicos efetivos, devendo estes fazerem a opção entre seu vencimento e o valor do cargo em comissão

§ 5°. A Diretoria Executiva poderá ser composta por, no mínimo, dois cargos, sendo estes, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo-Financeiro.

§ 6°. Cada membro da Diretoria Executiva e sua Assessoria perceberá sua remuneração em folha de pagamento específica da Previdência, denominada "Comissionados da Previdência".

§ 7°. Os cargos da Diretoria Executiva e sua Assessoria são de provimento em comissão, com remuneração estipulada conforme tabela abaixo:

FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO (R$)
Diretor Presidente	3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
Diretor de Previdência e Benefícios	1.500,00 (mil e quinhentos reais)
Diretor Administrativo- Financeiro	1.500,00 (mil e quinhentos reais)
Assessor Jurídico	2.000,00 (dois mil reais)
Contador	2.000,00 (dois mil reais)
Profissional da Junta Médica Municipal	2.000,00 (dois mil reais)
Controlador Geral	2.000,00 (dois mil reais)

§ 8°. Os cargos de Assessoria serão de provimento em comissão e de livre nomeação e exoneração do poder Executivo Municipal, sendo seus vencimentos estabelecidos conforme § 7° deste artigo.

§ 9°. Poderá a remuneração de todos os cargos da assessoria serem revistos, considerando o limite disponível na taxa administrativa do CRAÍBASPREV.

§ 10. Não poderão ser designados como membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do CRAÍBASPREV, as pessoas que tenham sofrido condenação criminal transitada em julgado por crime contra o patrimônio ou contra a Administração Pública, nem os que tenham sofrido penalidade administrativa por infração na legislação da Seguridade Social, inclusive previdência complementar, e que tenham sido definitivamente responsabilizadas por ato de improbidade administrativa, enquanto perdurar o cumprimento da pena.

§ 11. O Poder Executivo Municipal poderá, através de lei específica de iniciativa do Prefeito, criar órgão encarregado do julgamento de recursos administrativos, referentes a procedimentos de concessão de benefícios previdenciários.

Art. 117. A estrutura técnico-administrativa do CRAÍBASPREV compõe-se dos seguintes órgãos:
I - Conselho de Administração;
II - Diretoria Executiva; e
III - Conselho Fiscal.

§ 1°. Não poderão integrar o Conselho de Administração, Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal do CRAÍBASPREV, ao mesmo tempo, representantes que guardem entre si relação conjugal ou de parentesco, consanguíneo ou afim até o terceiro grau.

§ 2° Os representantes que integrarão os órgãos de que tratam os incisos I e III deste artigo, serão escolhidos dentre pessoas de reconhecida capacidade e experiência comprovada, preferencialmente com formação superior e/ou especialidade em uma das seguintes áreas: seguridade, administração, economia, finanças, contabilidade, serviço social e direito, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 118. A Assessoria da Diretoria Executiva será de livre nomeação e exoneração do Poder Executivo Municipal e do Diretor Presidente da Diretoria Executiva do CRAÍBASPREV, sendo composta:
I. Um Assessor Jurídico, devidamente habilitado na categoria profissional;
II. Um contador, devidamente habilitado na categoria profissional;
III. Uma Junta Médica Municipal, composta por no mínimo, dois profissionais devidamente habilitados;
IV. Um Controlador, devidamente habilitado em categoria profissional que externe conhecimento para a realização de auditorias.

Art. 119. Compete à Assessoria da Diretoria Executiva:

§ 1°. Compete Assessor Jurídico:
I. Emitir pareceres nos processos que tramitem administrativamente no CRAÍBASPREV;
II. Defender os interesses do CRAÍBASPREV em processos judiciais;
III. Realizar todos os atos em que conhecimentos jurídicos sejam necessários em prol do CRAÍBASPREV.

§ 2°. Compete ao Contador:
I. Fazer a contabilidade do CRAÍBASPREV;
II. Realizar todos os atos em que conhecimentos contábeis sejam necessários em prol do CRAÍBASPREV.

§ 3°. Compete ao Profissional da Junta Médica Municipal:
I. Proceder avaliação médica do servidor público Municipal, quando lhe for solicitado, analisando atestados médicos e avaliando exames complementares apresentados pelo segurado;
II. Realizar inspeção médica para efeitos dos procedimentos previstos nesta;
III.Solicitar à chefia imediata, relatório funcional do servidor público;
IV. emitir laudo médico pericial, Certificado de Sanidade e Capacidade Física (C.S.C.F.), Guia para Perícia Médica (GPM), Guia para Perícia Médica de Ingresso (GPMI), parecer médico conclusivo e/ou atestado médico conclusivo, mediante solicitação da Diretoria Executiva do CRAÍBASPREV, do Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos, pareceres médicos;
V. Solicitar, aos diversos setores da Administração Pública Direta e Indireta, documentos, informações e pareceres;
VI. Solicitar o comparecimento de servidores públicos, para exames ou esclarecimentos;
VII. Exercer outras atribuições previstas em regulamento e atinentes à seara médica.

§ 4°. Compete ao Controlador Geral:
I. Realizar auditorias nos processos que tramitam no CRAÍBASPREV;
II. Realizar auditoria geral no CRAÍBASPREV.

Seção II
Do Conselho de Administração
Subseção I
Da Composição do Conselho de Administração

Art. 120. O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada e orientação superior do CRAÍBASPREV, ao qual incumbe fixar as políticas e as diretrizes gerais de administração.

Art. 121. O Conselho de Administração será composto de 8 (oito) membros, da seguinte forma:
I - Dois representantes do Poder Executivo;
II - Dois representantes do Poder Legislativo;
III - Dois representantes dos segurados ativos;
IV - Dois representantes dos inativos e pensionistas.

§ 1°. Não poderão ser escolhidos, como membro na forma do inciso III, servidor ativo do CRAÍBASPREV.
§ 2°. Os membros do Conselho serão nomeados pelo prefeito, para um mandato de 2 (dois) anos, admitida uma recondução.
§ 3°. O Presidente do Conselho, que terá o voto de qualidade, será indicado pelo prefeito;

§ 4º. Os representantes do Poder Executivo e do Legislativo serão indicados pelos respectivos poderes.
§ 5º. Os representantes dos servidores públicos ativos, assim como, os representantes dos inativos e pensionistas, eleitos entre seus pares, serão indicados pelos Sindicatos ou associações correspondentes, cumprindo ao Prefeito Municipal a indicação do representante, caso não haja candidatos à eleição.
§ 6º. Cada membro titular terá um suplente indicado pelo mesmo órgão.
§ 7º. Os membros suplentes somente substituirão os seus respectivos membros titulares.
§ 8º. No caso de ausência ou impedimento temporário de membro titular do Conselho de Administração, este será substituído por seu suplente.
§ 9º. Aos membros indicados para integrar o Conselho de Administração é atribuída a designação de Conselheiro ou de Suplente de Conselheiro.
§ 10. A função de Conselheiro, titular ou suplente, é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.
§ 11. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, de acordo com o calendário previamente estabelecido, e extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente, ou por requerimento fundamentado subscrito pela maioria simples dos Conselheiros e sempre que necessário, por convocação da Presidência do CRAÍBASPREV.
§ 12. As convocações para reuniões extraordinárias deverão ser efetuadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
§ 13. As reuniões serão realizadas em conjunto com o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva do CRAÍBASPREV ou se necessário, individual.
§ 14. O *quorum* para instalação do Conselho dar-se-á com a presença da maioria simples dos Conselheiros.
§ 15. Somente pelo voto convergente de 3 (três) dos Conselheiros deliberar-se-á sobre as matérias submetidas ao Conselho.
§ 16. A regulamentação quanto à composição, atribuições, funcionamento e demais atividades do Conselho está devidamente regulamentada no Regime Interno através da Resolução CMA/CRAÍBASPREV nº 001/2011.

Subseção II
Da Competência do Conselho de Administração

Art. 122. Compete, privativamente, ao Conselho de Administração:
I - aprovar e alterar o seu próprio regimento;
II - Reunir-se, ordinariamente nos termos do § 11 do artigo 116;
III - estabelecer e normatizar as diretrizes gerais do CRAÍBASPREV;
IV -Apreciar e aprovar a proposta orçamentária do CRAÍBASPREV;
V - Organizar e definir a estrutura administrativa, financeira e técnica do CRAÍBASPREV;
VI - Conceber, acompanhar e avaliar a gestão operacional, econômica e financeira dos recursos do CRAÍBASPREV;
VII - Examinar e emitir parecer conclusivo sobre as propostas de alteração da política previdenciária do Município;
VIII - Autorizar a alienação de bens imóveis integrantes do patrimônio do CRAÍBASPREV;
IX - Aprovar a contratação de agentes financeiros;

X - Deliberar sobre a aceitação de doações, cessões de direitos e legados, quando onerados por encargos;
XI - Adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos, decorrentes de gestão, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades do CRAÍBASPREV;
XII - Solicitar a elaboração de estudos e pareceres técnicos relativos a aspectos atuariais, jurídicos, financeiros e organizacionais relativos a assuntos de sua competência;
XIII - Acompanhar e fiscalizar a aplicação de legislação pertinente ao CRAÍBASPREV;
XIV - Manifestar-se sobre a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas do Estado;
XV - Dirimir as dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao CRAÍBASPREV, nas matérias de sua competência;
XVI - garantir o pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do CRAÍBASPREV;
XVII - manifestar-se em projetos de lei de acordos de composição de débitos previdenciários do Município com o CRAÍBASPREV;
XVIII - Deliberar sobre os casos omissos no âmbito das regras aplicáveis ao CRAÍBASPREV, bem como, sobre quaisquer assuntos que sejam submetidos a sua apreciação pelo Presidente do Instituto.

Subseção III
Das Atribuições do Presidente do Conselho de Administração

Art. 123. São atribuições do Presidente do Conselho de Administração:
I - Representar o conselho;
II - Dirigir, executar, disciplinar e coordenar as atividades do Conselho;
III - Abrir, presidir e encerrar as reuniões, mandar proceder a leitura de expedientes para conhecimento e deliberação do Conselho, bem como, votar com os demais Conselheiros e proclamar os resultados;
IV - Conduzir as questões de ordem, reclamações ou solicitações em plenário;
V - Dar conhecimento aos Conselheiros da correspondência oficial recebida e expedida, bem como, outras matérias, atos ou fatos de interesse do Conselho;
VI - Convocar reuniões ordinárias e extraordinárias nos termos do Regimento Interno;
VII - Manter a ordem das reuniões, suspendendo-as caso as circunstâncias o exigirem, reabrindo-as no momento oportuno;
VIII - Assinar todos os atos e papéis do expediente a seu cargo, e, com os demais Conselheiros, as atas das reuniões;
IX - Aprovar as matérias e expedientes que deverão integrar a pauta da reunião subsequente;
X - Apreciar e homologar sobre os requerimentos de afastamento provisório ou definitivo dos membros do Conselho;
XI - Convocar o suplente do membro nato para assumir o mandato, no caso de vacância por afastamento do membro efetivo, ou se necessário, para substituí-lo, em caso de ausência;
XII - Requisitar ao CRAÍBASPREV, sempre que necessário e com a deliberação do Conselho, verbas para custeio em congresso, conferências, seminários e cursos para a formação especializada dos seus membros, bem como, requisitar recursos humanos, materiais e serviços imprescindíveis e adequados ao desenvolvimento das suas atribuições;

XIII - Solicitar oficialmente ao CRAÍBASPREV, informações, documentos e demais esclarecimentos necessários para cumprimento do disposto neste Regimento, ciente de qua toda documentação, de teor fiscal, contábil ou administrativo não poderá ser exposta a terceiros sem justificativa legal;
XIV - Praticar os demais atos atribuídos por esta Lei, pelo regimento Interno como de sua competência.

Seção III
Da Diretoria Executiva

Art. 124. A Diretoria Executiva é o órgão superior de administração do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Craíbas e sua composição está definida no artigo 112 e seguintes desta Lei.

§ 1º O Diretor-Presidente será substituído, nas ausências ou impedimentos temporários, pelo Diretor de Previdência e, sucessivamente, pelo Diretor Administrativo-Financeiro, sem prejuízo das atribuições de seus cargos.

§ 2º O Diretor de Previdência será substituído, nas ausências ou impedimentos temporários, pelo Diretor Administrativo-Financeiro, sem prejuízo das atribuições do respectivo cargo.

§ 2º O Diretor Administrativo-Financeiro será substituído, nas ausências ou impedimentos temporários, pelo Diretor de Previdência, sem prejuízo das atribuições do respectivo cargo.

Art. 125. A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, ou, extraordinariamente, quando convocada pelo Diretor-Presidente.

Art. 126. Compete à Diretoria Executiva:
I - cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e a legislação da Previdência Municipal;
II - submeter ao Conselho de Administração, a política e diretrizes de investimentos das reservas garantidoras de benefícios do CRAÍBASPREV;
III - decidir sobre os investimentos das, reservas garantidoras de benefícios do CRAÍBASPREV, observada a política e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração;
IV - submeter as contas anuais do CRAÍBASPREV para deliberação do Conselho de Administração, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, do Atuário e da Auditoria Independente, quando for o caso;
V - submeter ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e a Auditoria Independente, balanços, balancetes mensais, relatórios semestrais da posição em títulos e valores e das reservas técnicas, bem como, quaisquer outras informações e demais elementos de que necessitarem no exercício das respectivas funções;
VI - julgar recursos interpostos dos atos dos prepostos ou dos segurados inscritos no regime de previdência de que trata esta Lei;
VII - expedir as normas gerais reguladoras das atividades administrativas do CRAÍBASPREV;

VIII - decidir sobre a celebração de acordos, convênios e contratos em todas as suas modalidades, inclusive a prestação de serviços por terceiros, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Art. 127. Ao Diretor-Presidente compete:
I - Superintender e gerir o CRAÍBASPREV, representando-o em juízo ou fora dele;
II - Elaborar a proposta orçamentária anual do CRAÍBASPREV, representando-o em juízo ou fora dele;
III - Organizar a estrutura administrativa e o quadro de pessoal de acordo com o orçamento aprovado, mediante previa aprovação do Legislativo;
IV - Expedir instruções e ordens de serviço;
V - Organizar os serviços de prestação previdenciária do CRAÍBASPREV;
VI - Assinar, em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro, os cheques e demais documentos do CRAÍBASPREV, movimentando os recursos financeiros;
VII - Submeter ao Conselho Fiscal e ao Conselho Administrativo, os assuntos a eles pertinentes e facilitar o acesso de seus membros para o desempenho de suas atribuições;
VIII - Cumprir e fazer as deliberações dos Conselhos;
IX - Adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos, decorrentes de gestão, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades do CRAÍBASPREV;
X - Assinar, com o contados e com o Diretor Administrativo-Financeiro, a prestação de contas a ser enviada ao Tribunal de Contas;
XI - Convocar conjuntamente com o Presidente do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal, os segurados para a Conferência Municipal de Previdência Social;
XII - Praticar todos os atos de gestão do CRAÍBASPREV.

Art. 128. Ao Diretor Administrativo-Financeiro compete:
I - Coordenar as rotinas administrativas e financeiras do CRAÍBASPREV;
II - Gerenciar os recursos humanos postos a disponibilidade do CRAÍBASPREV;
III - Assinar, conjuntamente com o Diretor- Presidente, os cheques e demais documentos de movimentação financeira do CRAÍBASPREV;
IV - Acompanhar e coordenar a execução orçamentária do CRAÍBASPREV;
V - Encaminhar, nos prazos legalmente previstos, as informações contábeis e financeiras do CRAÍBASPREV, ao Ministério da Previdência, Social, ao Tribunal de Contas do Estado e a Câmara Municipal, bem como, aos Conselhos;
VI - superintender o processo de confecção da folha de pagamento;
VII - Cuidar para que até o décimo dia útil de cada mês, sejam fornecidos os informes necessários à elaboração do balancete do mês anterior;
VIII - Prover a arrecadação, registro e guarda de renda e quaisquer valores devidos ao CRAÍBASPREV e dar publicidade da movimentação financeira do mesmo;
IX - Elaborar o orçamento anual e plurianual de investimentos, bem como, todas as resoluções atinentes à matéria orçamentária e financeira para o exercício;
X - Apresentar periodicamente os quadros e dados estatísticos que permitam o acompanhamento das tendências orçamentárias e financeiras para o exercício;
XI - Organizar, anualmente, o quadro de fornecedores e convênios, opinando sobre os mesmos, para serem submetidos à aprovação do Conselho Administrativo;
XII - Emitir parecer sobre matéria contábil e orçamento de interesse da Autarquia;

XIII - determinar a execução de todas as demais tarefas de natureza contábil, não especificadas nos itens anteriores;
XIV - Assinar, conjuntamente com o Diretor-Presidente a abertura de contas correntes, movimentações financeiras, aplicações e investimentos efetuados com recursos do CRAÍBASPREV/RPPS.

Art. 129. Ao Diretor de Previdência compete:
I - Exercer a direção das atividades relativas a previdência e, promover, coordenar, acompanhar, supervisionar e executar os serviços referentes à inscrição, cadastramento e atendimento dos segurados e beneficiários;
II - Subsidiar os profissionais de atuária na elaboração dos cálculos atuariais;
III - Acompanhar as modificações na legislação previdenciária nacional;
IV - Elaborar as estatísticas previdenciárias;
V - proceder a análise dos processos de concessão, alterações e atualizações de benefícios previdenciários, realizando a revisão dos cálculos apresentados, bem como, o controle de pagamento de tais benefícios;
VI - Acompanhar a arrecadação de recursos destinados a previdência e ao desenvolvimento e aplicação da tecnologia na área previdenciária;
V - Realizar estudos e pesquisas visando subsidiar o Instituto com informações e análises atualizadas das mudanças e eventos ocorridos ou que venham a ocorrer, pautando as ações do mesmo no tocante a questão previdenciária;
VI - Analisar as Certidões de Tempo de Contribuição emitidas pelo CRAÍBASPREV, atestando a veracidade das informações ali contidas;
VII - Assegurar o cumprimento da Legislação Previdenciária Municipal;
VIII - Assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários, conforme a legislação previdenciária vigente;
IX - Substituir o Diretor Presidente nas ausências e impedimentos legais.

Seção IV
Do Conselho Fiscal

Art. 130. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Craíbas – CRAÍBASPREV.

Art. 131. O Conselho Fiscal será composto de 8 (oito) membros, da seguinte forma:
I - Dois representantes do Poder Executivo;
II - Dois representantes do Poder Legislativo;
III - Dois representantes dos segurados ativos;
IV - Dois representantes dos inativos e pensionistas.

§ 1º. Não poderão ser escolhidos, como membro na forma do inciso III, servidor ativo do CRAÍBASPREV.
§ 2º. Os membros do Conselho serão nomeados pelo prefeito, para um mandato de 2 (dois) anos, admitida uma recondução.
§ 3º. O Presidente do Conselho, que terá o voto de qualidade, será indicado pelo prefeito;

§ 4º. Os representantes do Poder Executivo e do Legislativo serão indicados pelos respectivos poderes.
§ 5º. Os representantes dos servidores públicos ativos, assim como, os representantes dos inativos e pensionistas, eleitos entre seus pares, serão indicados pelos Sindicatos ou associações correspondentes, cumprindo ao Prefeito Municipal a indicação do representante, caso não haja candidatos à eleição.
§ 6º. Cada membro titular terá um suplente indicado pelo mesmo órgão.
§ 7º. Os membros indicados para integrar o Conselho Fiscal é atribuída a designação de Conselheiro ou de Suplente de Conselheiro.
§ 8º. No caso de ausência ou impedimento temporário de membro titular do Conselho Fiscal, este será substituído por seu suplente.
§ 9º. A função de Conselheiro, titular ou suplente, é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.
§ 10. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, de acordo com o calendário previamente estabelecido, e extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente, ou por requerimento fundamentado subscrito pela maioria simples dos Conselheiros e sempre que necessário, por convocação da Presidência do CRAÍBASPREV.
§ 11. As convocações para reuniões extraordinárias deverão ser efetuadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
§ 12. As reuniões serão realizadas em conjunto com o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva do CRAÍBASPREV ou se necessário, individual.
§ 13. O *quorum* para instalação do Conselho dar-se-á com a presença da maioria simples dos Conselheiros.
§ 14. Somente pelo voto convergente de 3 (três) dos Conselheiros deliberar-se-á sobre as matérias submetidas ao Conselho.
§ 15. A regulamentação quanto à composição, atribuições, funcionamento e demais atividades do Conselho está devidamente regulamentada no Regime Interno através da Resolução CMF/CRAÍBASPREV nº 001/2011.

Art. 132. Compete ao Conselho Fiscal:
I - Reunir-se, ordinariamente nos termos do § 10 do artigo 126;
II - Acompanhar a execução orçamentária do CRAÍBASPREV, conferindo a classificação dos fatos contábeis e examinando a sua procedência e exatidão;
III - Acompanhar e fiscalizar a aplicação da legislação pertinente ai CRAÍBASPREV;
V - Requisitar do Diretor-Presidente, as informações e diligências que julgar convenientes e necessárias ao desempenho de suas atribuições e notificá-las para correção de irregularidades verificadas representando ao Poder Executivo o desenrolar dos acontecimentos;
V - Propor ao Diretor-Presidente, medidas que julgar de interesse para resguardar a lisura e a transparência da administração do mesmo;
VI - Proceder a verificação dos valores em depósito na tesouraria, em bancos, nos administradores de carteira de investimentos, e atestar a sua correção ou denunciando as irregularidades;
VIII - Pronunciar-se sobre a alienação de bens móveis de propriedade do CRAÍBASPREV;
IX - Manifestar-se sobre a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas do Estado;

X - Julgar, em última instância, os recursos dos Servidores Municipais que se sentirem prejudicados nos seus direitos pertinentes à solicitação de benefícios, formulados pelos mesmos ao CRAÍBASPREV, sendo suas decisões lavradas em atas que serão encaminhadas ao Diretor-Presidente, que as acatará;
XI - Rever as suas próprias decisões, fundamentando qualquer possível alteração.

Parágrafo único. A competência do Presidente do Conselho Fiscal , encontra-se devidamente regulamentada através do Regime Interno através da Resolução CMF/CRAÍBASPREV nº 001/2011.

CAPÍTULO III
DAS PENALIDADES
Seção I
Da Responsabilidade dos Administradores e Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva

Art. 133. Os administradores do Instituto, os procuradores com poderes de gestão, os membros do Conselho Administrativo e Fiscal responderão civil e administrativamente pelos danos e prejuízos que causarem, por ação ou omissão, ao CRAÍBASPREV, com infração a presente Lei.

Art. 134. A infração de qualquer disposição desta Lei ou de seus regimentos internos, para a qual não haja penalidade expressamente cominada, sujeita a pessoa física responsável, conforme o caso e a gravidade da infração às seguintes penalidades administrativas, além do previsto em legislação específica.
I - advertência;
II - multa pecuniária;
III - inabilitação temporária para o exercício do cargo de direção ou de membro dos Conselhos de Administração e Fiscal;

§ 1º. A responsabilidade pela infração é imputável a quem lhe der causa ou para ela concorrer;
§ 2º. Responde solidariamente com o infrator todo aquele que, de qualquer modo, concorrer para a prática da infração;
§ 3º. As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas pela Secretaria de Previdência Social.

Art. 135. As infrações serão apuradas mediante processo administrativo que tenha por base o auto, a representação ou a denúncia positiva dos fatos irregulares, em que se assegure o acusado o contraditório e a ampla defesa, em conformidade com diretrizes gerais cabendo aos órgãos normativos dispor sobre as respectivas instaurações, recursos e seus efeitos, instâncias, prazos, perempção e outros atos processuais.
Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto nesta Subseção, os membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, que forem servidores públicos, cedidos ou não, da Administração Pública Direta, das Fundações Públicas Municipais, das Autarquias e da Câmara Municipal de Craíbas, também estarão sujeitos a processo disciplinar

pelo exercício irregular de suas atribuições conforme legislação específica, respeitadas as regras de cessão, quando for o caso.

Seção II
Da responsabilidade dos Servidores do CRÍBASPREV

Art. 136. Os servidores do CRAÍBASPREV responderão civil, penal e administrativamente, pelo exercício irregular de suas atribuições e estão sujeitos a processo administrativo, conforme legislação específica, disposta no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Craíbas.

Art. 137. Na aplicação das penas disciplinares, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos dela resultantes para o serviço público.

CAPÍTULO IV
DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS
Seção I
Do Patrimônio

Art. 138. O patrimônio do CRAÍBASPREV é autônomo, livre e desvinculado de qualquer fundo do Município e será constituído de recursos arrecadados na forma do art. 88 e direcionado para pagamento de benefícios previdenciários aos beneficiários mencionados no art. 5º, ressalvadas as despesas administrativas estabelecidas no art. 132.

Parágrafo único. O patrimônio do CRAÍBASPREV será formado por:
I - Bens móveis e imóveis, valores e rendas;
II - Bens e direitos que, a qualquer título, lhe sejam adjudicados e transferidos;
III - O que vierem a ser constituídos na forma legal.

Art. 139. A inobservância do disposto neste Capítulo constituirá falta grave, sujeitando os responsáveis às sanções administrativas e judiciais cabíveis previstas em lei federal.

Art. 140. Fica o Poder Executivo autorizado a doar ou destinar, pelas modalidades previstas em lei, bens móveis ou imóveis ao CRAÍBASPREV.

Seção II
Da Origem dos Recursos

Art. 141. Os recursos do CRAÍBASPREV originam-se das seguintes fontes de custeio:
I - contribuições previdenciárias do Município de Craíbas, bem como dos seus Poderes, suas autarquias e suas fundações públicas empregadoras; a razão de 16,29% (dezesseis vírgula vinte e nove por cento) nos termos do artigo 3º desta Lei sobre a remuneração de contribuição paga aos servidores ativos, percentual este que é composto pelo custo normal e custo suplementar extraído do cálculo atuarial;
II - contribuições previdenciárias dos segurados ativos, inativos e pensionistas, a razão de 11% (onze por cento) nos termos do artigo 3º desta Lei sobre a sua remuneração de

contribuição, bem como, sobre a parcela dos proventos de aposentadoria e pensões concedidas pelo CRAÍBASPREV, que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS;
III - rendimentos das aplicações financeiras e de demais investimentos realizados com as receitas previstas neste artigo;
IV - aluguéis e outros rendimentos não financeiros do seu patrimônio;
V - bens, direitos e ativos transferidos pelo Município ou por terceiros;
VI - outros bens não financeiros cuja propriedade lhe for transferida pelo Município ou por terceiros;
VII - recursos provenientes de convênios, contratos, acordos ou ajustes de prestação de serviços ao Município ou a outrem;
VIII - valores recebidos a título de compensação financeira sobre os benefícios de aposentadoria e pensão entre os regimes previdenciários, em razão do § 9º do art. 201 da Constituição Federal;
IX - dotações orçamentárias;
X - transferências de recursos e subvenções consignadas no orçamento do Município;
XI - doações, legados, auxílios, subvenções e outras rendas extraordinárias ou eventuais;
XII - os valores aportados pelo Município;
XIII - outras rendas, extraordinárias ou eventuais.
XIV - as demais dotações previstas no orçamento municipal;
XV - quaisquer bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária.

§ 1º Constituem também, como fonte do plano de custeio do RPPS, as contribuições previdenciárias incidentes sobre o abono anual (gratificação natalina), salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-reclusão e os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo funcional com o Município, em razão de decisão judicial ou administrativa.

§ 2º As contribuições e quaisquer outras importâncias devidas ao CRAÍBASPREV por seus segurados serão arrecadadas, mediante desconto em folha, pelos órgãos responsáveis pelo pagamento de pessoal, e por estes recolhidas ao Instituto.

§ 3º. Quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante, a contribuição prevista no inciso II incidirá apenas sobre a parcela de proventos de aposentadoria e de pensão que supere o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.

§ 4º. O Plano de Custeio do CRAÍBASPREV será revisto anualmente, observadas as normas gerais de atuária, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Art. 142. Sem prejuízo de sua contribuição estabelecida nesta Lei e das transferências vinculadas ao pagamento das aposentadorias e das pensões, o Município poderá propor, quando necessário, a abertura de créditos adicionais visando assegurar ao CRAÍBASPREV alocação de recursos orçamentários destinados à cobertura de eventuais insuficiências financeiras reveladas pelo plano de custeio.

Art. 143. Sem prejuízo de deliberação do Conselho de Administração, e em conformidade com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações subsequentes, o CRAÍBASPREV poderá aceitar bens imóveis e outros ativos para compor seu patrimônio, desde que precedido de avaliação a cargo de empresa especializada e legalmente habilitada.

Parágrafo único. Verificada a viabilidade econômico-financeira aferida no laudo de avaliação, o Conselho de Administração terá prazo de sessenta dias para deliberar sobre a aceitação dos bens oferecidos.

Art. 144. Observadas as normas gerais da Lei de Licitações, a alienação de bens imóveis, com ou sem benfeitoria, integralizados ao patrimônio do CRAÍBASPREV deverá ser precedida de autorização do Conselho de Administração.

Parágrafo único. A alienação não poderá ser a cada ano, superior a 15% (quinze por cento) do valor integralizado em bens imóveis.

CAPÍTULO V
DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 145. A taxa de administração para custeio do regime próprio de previdência, será de 2% (dois por cento) do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, relativo ao exercício financeiro anterior.
I - será destinada exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização, e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, inclusive para a conservação do seu patrimônio;
II - as despesas decorrentes das aplicações de recursos em ativos financeiros, conforme previsto em norma do Conselho Monetário Nacional, não poderão ser custeadas com os recursos da Taxa de Administração, devendo ser suportadas com os próprios rendimentos das aplicações;
III - o RPPS poderá constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração;

§ 1º A aquisição, construção ou reforma de bens imóveis com os recursos destinados à taxa de administração restringem-se aos destinados ao uso próprio da unidade gestora, sendo vedada a utilização desses bens para investimento ou uso por outro órgão publico ou particular, em atividades assistenciais ou quaisquer outros fins não previstos no inciso I.
§ 2º Na hipótese da unidade gestora do RPPS possuir competências diversas daquelas relacionadas à administração do regime, deverá haver o rateio proporcional das despesas relativas a cada atividade para posterior apropriação nas contas contábeis correspondentes.
§ 3º Excepcionalmente, poderão ser realizados gastos na reforma de bens imóveis do RPPS destinados a investimentos utilizando-se os recursos destinados à Taxa de Administração, desde que seja garantido o retorno dos valores empregados, mediante processo de análise de viabilidade econômico-financeira.
§ 4º O descumprimento dos critérios fixados neste artigo para a Taxa de Administração do RPPS significará utilização indevida dos recursos previdenciários e exigirá o ressarcimento do valor que ultrapassar o limite estabelecido.

§ 5º Não serão computados no limite da Taxa de Administração de que trata este artigo, o valor das despesas do RPPS custeadas diretamente pelo ente e os valores transferidos pelo ente à unidade gestora do RPPS para o pagamento de suas despesas correntes e de capital, desde que não sejam deduzidos dos repasses de recursos previdenciários.

CAPÍTULO VI
DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS

Art. 146. Os recursos previdenciários, somente poderão ser utilizados para o pagamento dos benefícios previdenciários relacionados no art. 34, salvo o valor destinado à taxa de administração.

Parágrafo único. Os recursos previdenciários oriundos da compensação financeira de que trata a Lei nº 9.796, de 1999, serão administrados pelo RPPS/ CRAÍBASPREV e destinados ao pagamento futuro dos benefícios previdenciários, exceto na hipótese em que os benefícios que originaram a compensação sejam pagos diretamente pelo Tesouro Municipal de Craíbas, hipótese em que serão a ele alocados, para essa mesma finalidade.

Art. 147. É vedada a utilização dos recursos previdenciários para custear ações de assistência social, saúde e para concessão de verbas indenizatórias ainda que por acidente em serviço.

Art. 148. Os recursos previdenciários do RPPS em extinção somente poderão ser utilizados para:
I - pagamento de benefícios previdenciários concedidos e a conceder, conforme art. 137;
II - quitação dos débitos com o RGPS;
III - constituição ou manutenção do fundo previdenciário previsto no art. 6º da Lei n.º 9.717, de 1998; e
IV - pagamentos relativos à compensação financeira entre regimes de que trata a Lei nº 9.796, de 1999.

CAPÍTULO VII
DA EXTINÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 149. Considera-se em extinção o RPPS do ente federativo que deixou de assegurar em lei os benefícios de aposentadoria e pensão por morte a todos os servidores titulares de cargo efetivo por ter:
I - vinculado, por meio de lei, todos os seus servidores titulares de cargo efetivo ao RGPS;
II - revogado a lei ou os dispositivos de lei que asseguravam a concessão dos benefícios de aposentadoria ou pensão por morte aos servidores titulares de cargo efetivo; e
III - adotado, em cumprimento à redação original do art. 39, caput da Constituição Federal de 1988, o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT como regime jurídico único de trabalho para seus servidores, até 04 de junho de 1998, data de publicação da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, e garantido, em lei, a concessão de aposentadoria aos servidores ativos amparados pelo regime em extinção e de pensão a seus dependentes.

§ 1º O Município de Craíbas, como ente detentor de RPPS em extinção deverá manter ou editar lei que discipline o seu funcionamento e as regras para concessão de benefícios de futuras pensões ou de aposentadorias aos segurados que possuíam direitos adquiridos na datada lei que alterou o regime previdenciário dos servidores, até a extinção definitiva.
§ 2º A extinção do RPPS dar-se-á com a cessação do último benefício de sua responsabilidade, ainda que custeado com recursos do Tesouro Municipal.
§ 3º A simples extinção da unidade gestora não afeta a existência do RPPS.

Art. 150. É vedado o estabelecimento retroativo de direitos e deveres em relação ao RGPS, permanecendo sob a responsabilidade dos RPPS em extinção o custeio dos seguintes benefícios:
I - os já concedidos pelo RPPS;
II - aqueles para os quais foram implementados os requisitos necessários à sua concessão;
III - os decorrentes dos benefícios previstos nos incisos I e II; e
IV - a complementação das aposentadorias concedidas pelo RGPS, caso o segurado tenha cumprido todos os requisitos previstos na Constituição Federal para concessão de aposentadoria ao servidor titular de cargo efetivo até a data da inativação.
Parágrafo único. Além dos benefícios previstos nos incisos I a IV do caput, o RPPS em extinção, na hipótese do art. 136, inciso III, será responsável pela concessão dos benefícios previdenciários aos servidores estatutários ativos remanescentes e aos seus dependentes.

Art. 151. O servidor que tenha implementado os requisitos necessários à concessão de aposentadoria proporcional pelo RPPS até a data da lei de extinção do regime, permanecendo em atividade, vincula-se obrigatoriamente ao RGPS, sendo-lhe assegurado o direito aos benefícios previdenciários deste regime desde que cumpridas as condições nele estabelecidas.

Art. 152. Na hipótese de extinção do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Craíbas, o Tesouro Municipal assumirá integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriormente à extinção desse regime.

TÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 153. Os Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações encaminharão mensalmente ao órgão gestor do RPPS relação nominal dos segurados e seus dependentes, valores de remunerações e contribuições respectivas.

Art. 154. Ao segurado que tiver sua inscrição cancelada conforme disposto no art. 15, será fornecido, pelo Instituto, Certidão de Tempo de Contribuição na forma da legislação vigente.

Art. 155. O Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos do Município de Craíbas, por intermédio do Instituto de Previdência, Aposentadorias e Pensõesdos Servidores Públicos do Município de Craíbas - CRAÍBASPREV, fica responsável, a partir da data de publicação desta lei, pelo aporte total dos recursos e pelo

pagamento de todos os benefícios de aposentaria e pensão vigentes no RPPS - CRAÍBASPREV, mesmo daqueles benefícios concedidos até a data de 29 de junho de 1999, que estavam sob a responsabilidade do Tesouro Municipal.

Art. 156. O Município é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do regime de previdência de que trata esta Lei.

§ 1°. O Prefeito de Craíbas fica autorizado a instituir normas para a elaboração de plano de amortização de déficit técnico atuarial, dentro dos limites financeiros do Município, incluindo a criação de contribuição patronal suplementar, observadas as disposições da legislação pertinente.

§ 2°. Para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, o Município de Craíbas atenderá aos princípios:

a) da reserva do possível;
b) da independência do ente federativo;
c) da simetria das medidas adotadas pelo Governo Federal em face do seu Regime Próprio de Previdência Social.

Art. 157. É vedada a existência de mais de um RPPS para os servidores públicos titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime para o Município de Craíbas.

Art. 158. O Município poderá, por lei específica de iniciativa do Poder Executivo, instituir regime de previdência complementar para os seus servidores titulares de cargo efetivo, observado o disposto no art. 202 da Constituição Federal, no que couber, por intermédio de entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerá aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

§ 1° Somente após a aprovação da lei de que trata o caput, o município poderá fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo RPPS, o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS de que trata o art. 201 da Constituição Federal.

§ 2° Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto neste artigo poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público Municipal até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.

Art. 159. O servidor público titular de cargo efetivo dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias, inclusive as de regime especial e fundações públicas, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação da Emenda Constitucional n° 41 de 19 de dezembro de 2003 e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no inciso I do § 1° do art. 40 da Constituição Federal, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em

que se der a aposentadoria, na forma da lei, não sendo aplicáveis as disposições constantes dos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal c/c o que dispõe o artigo 62 desta Lei.

Parágrafo Único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base no parágrafo anterior, o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos desses servidores.

Art. 160. Esta Lei entra em vigor da na data da sua publicação.

Art. 161. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis Municipais nº. 320, de 03 de janeiro de 2011; 328 de 16 de novembro de 2011; 339, de 09 de abril de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Craíbas/AL, 30 de maio de 2016.

BRUNO ALBUQUERQUE DE FARIAS SANTOS

Prefeito Municipal